PROTOCOLOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO
Instituto Rodrigo Mendes
Superintendência
Rodrigo Hübner Mendes
Administrativo financeiro
Valquiria Morais
Ana Paula Gimenes
Comunicação
Vitoria Freiria Arguejo
William Truppel
DIVERSA
Lailla Micas
Aldrin Jonathan
Juliana Delgado
Formação
Luiz Henrique P. Conceição
Diego Thimm Barcelos
Kátia Cibas
Regina Mercurio
Relacionamento com financiadores
Heloisa Salgado
Lucas Mauricio Silva
Tecnologia da informação
Renato Soares

PUBLICAÇÃO
Pesquisa e redação
Luiza Andrade Corrêa
Revisão
Emiliano Augusto Moreira de Lima
Diagramação
Flavia Ocaranza
Nana de Freitas

APOIO
DIVERSA
Fundação Grupo Volkswagem
Fundação Lemann
Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo
Instituto Unibanco
Instituto Península
Itaú Social
Todos pela Educação
UNICEF

SUMÁRIO

OBJETIVO

O Instituto Rodrigo Mendes tem a missão de colaborar para que toda criança e adolescente com deficiência tenha acesso a uma educação inclusiva e de qualidade na escola comum. Ao longo de nossa trajetória de 25 anos, a sistematização e a difusão de práticas exemplares de educação inclusiva têm recebido a parte mais significativa de atenção e energia[1].

Diante dos enormes impactos gerados pela pandemia da covid-19 nas redes de ensino do Brasil, o presente relatório de pesquisa tem o objetivo de contribuir com os gestores responsáveis por planejar e implementar políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação das pessoas com deficiência. Isso envolve ações relacionadas ao período de isolamento social, assim como à fase de reabertura das escolas.

Com base em consulta feita a especialistas do mundo todo e na análise de documentos de organismos internacionais e governos de países que já elaboraram protocolos especialmente voltados à educação no período da pandemia, este relatório vem contribuir com exemplos de diretrizes, protocolos e práticas que possam servir de referência para equipes de secretarias de educação, gestores escolares, educadores e demais profissionais responsáveis pela educação no país. Cabe ressaltar que a profunda complexidade trazida por este novo contexto não pode ser usada como justificativa para que estudantes com deficiência sejam privados do acesso à aprendizagem.

1 Os conteúdos sobre boas práticas de educação inclusiva produzidos pelo Instituto Rodrigo Mendes estão disponíveis no portal DIVERSA (www.diversa.org.br).

CONTEXTO

O ano de 2020 foi marcado pela grave disseminação mundial da covid-19, doença causada pelo novo coronavírus Sars-CoV-2, cuja pandemia foi declarada pela OMS em 11 de março de 2020[2]. Concomitantemente, foram criadas diversas medidas de prevenção de contágio, como o aumento das práticas de higiene e, por vezes, o aconselhamento do uso de equipamento de proteção, como máscaras faciais. Além disso, países do mundo todo adotaram medidas de isolamento social ou até *lockdowns* como forma de desacelerar a curva de contágio e não sobrecarregar os sistemas de saúde.

Uma consequência direta de tais medidas de prevenção foi a migração para o mundo da Internet de muitas práticas relacionais do nosso dia a dia. Várias atividades de trabalho foram transferidas para o ambiente domiciliar (*home office*), as crianças e adolescentes passaram a estudar online, nossas interações sociais foram majoritariamente migradas para o ambiente virtual por meio do uso de aplicativos de telefone ou computadores conectados à *web*. Apesar do ensino à distância ter o potencial de ampliar a oferta de oportunidades no campo da educação, não podemos nos esquivar da sua intrínseca insuficiência. De acordo com Rodrigo Hübner Mendes, é evidente que o desafio de não deixar ninguém para trás ganha outra dimensão diante das óbvias limitações desse modelo quanto à interação social e a construção de vínculos afetivos. Simplesmente disponibilizar uma série de aulas em vídeo na internet e esperar que todos aprendam é o caminho certo para a exclusão de muitos. Quer dizer, o ensino a distância não pode ser visto como uma resposta definitiva, mas como um complemento ao conjunto de experiências presenciais desfrutadas pelo aluno no cotidiano escolar.[3]

Além disso, muitas pessoas e instituições ainda não estavam prontas para essa transição (OCDE, 2020). A repentina transformação trouxe impactos mais severos às pessoas socialmente mais vulneráveis, e pode acabar por aprofundar o contexto de desigualdade já existente.

No contexto brasileiro, podemos observar disparidades no acesso à Internet, na oportunidade de aquisição de habilidades digitais e na acessibilidade a equipamentos. Muitas

2 OPAS BRASIL. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 31 de maio de 2020 às 15h40.

3 MENDES, R. H. Covid-19: Ensino a distância precisa almejar equidade. Disponível: em https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-mendes/2020/04/03/covid-19-ensino-a-distancia-precisa-almejar-a-inclusao.htm. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 15h41.

crianças brasileiras sequer possuem um lugar adequado para estudar em suas casas, enquanto grande parte dos professores brasileiros não tem conhecimento técnico ou pedagógico para a implementação do ensino online e não são incentivados a fazê-lo.

Um problema crucial da realidade brasileira é a falta de infraestrutura para estudar em casa. A pesquisa TIC Domicílios[4] demonstrou que em 2018, entre os domicílios de classe C, 43% tinham computador e Internet, e 33% tinham apenas a conexão à Internet [sem computador]. A maioria dos domicílios das classes D e E não possuía acesso ao computador e nem à Internet (58%). O cenário é bastante diferente nas classes A e B, já que apenas 1% dos domicílios de classe A e 7% dos de classe B tinham somente conexão à Internet [sem computador], além de a presença de conexão à Internet juntamente com o computador ser mais comum em domicílios dessas classes (98% e 88%, respectivamente). Esses dados demonstram que muitos dos domicílios brasileiros não possuem condições para realização de trabalho ou estudo remotos por meio de computadores e Internet, problema mais comumente presente nas classes mais baixas.

Outro dado relevante é que o grau de escolaridade tem grande relação com o acesso à Internet. É mais comum entre pessoas que já apresentam ensino superior completo, cai drasticamente entre a população que possui apenas ensino fundamental (57%) e ainda mais entre os analfabetos (14%). Entre as pessoas em idade escolar (10 a 24 anos), contudo, o acesso à Internet é mais frequente (83% entre 10 e 15 anos e 90% de 16 a 24 anos).

Somada à exclusão social, está a questão de acessibilidade dos sites e aplicativos para as pessoas com deficiência. No Brasil, quase um quarto da população tem algum tipo de deficiência: segundo o CENSO do IBGE de 2010, 45,6 milhões de pessoas (23,9% da população)[5]. O uso da internet no Brasil se altera de maneira significativa quando se compara pessoas com e sem deficiência. No ano de 2016, 59,3% da população sem deficiência fazia uso da internet, contra apenas 36,8% da população com deficiência.

O tipo e a severidade da deficiência também têm impacto sobre o uso de Internet e computadores, conforme destacamos a seguir:

4 NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO. Acessibilidade e Tecnologias: um panorama sobre acesso e uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018, p. 106. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 31 de maio de 2020 às 15h40.

5 IBGE. Pessoas com deficiência. 2012. Informação disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html. 11 de junho de 2020 às 10h05.

FONTE: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. “Acessibilidade e Tecnologias: um panorama sobre acesso e uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina”, p. 142.

Além disso, mesmo para aqueles que usam o computador, existe ainda uma grande questão quanto à acessibilidade dos websites brasileiros. Apenas 0,74% não apresentam barreiras de acessibilidade. O cenário é um pouco melhor no que diz respeito aos sites educacionais, dentre os quais 3,88% não apresentam barreiras de acesso, mas o número é ainda muito baixo. O mesmo ocorre com sites de notícia (3,03%), sites corporativos (2,81%), os de e-commerce (1,30%); e os blogs, (1,24%).[6] A Cartilha de acessibilidade na web[7] tem o objetivo de tentar mudar esse cenário, ensinando o que fazer para os sites se tornarem acessíveis a pessoas com deficiência, mas até chegarmos a esse objetivo o período de isolamento social pode ter aprofundado a exclusão.

6 TODOS PELA EDUCAÇÃO. Nota Técnica: O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia do COVID-19. Disponível em: https://mwpt.com.br/numero-de-sites-que-falham-nos-testes-do-web-para-todos-cai-mas-ainda-preocupa/. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 15h47.

7 NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO; FERRAZ, Reinaldo (coord.); LOPES, Mônica (ilust.). - São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: https://ceweb.br/media/docs/publicacoes/1/20200521074308/artilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-IV.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 15h48.

LEGENDA:

Consulta com especialistas

Consulta de protocolos de reabertura depois do isolamento social

1 Canadá
2 Estados Unidos
3 Uruguai
4 Escócia
5 Irlanda do Norte
6 Inglaterra
7 País de Gales
8 França
9 Espanha
10 Portugal
11 Noruega
12 Dinamarca

13 Alemanha
14 Áustria
15 Itália
16 Jordânia
17 China
18 Coreia do Sul
19 Japão
20 Taiwan
21 Singapura
22 Austrália
23 Nova Zelândia

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

- **ONU**
- **UNICEF**
- **Banco Mundial**
- **UNESCO**
- **União Européia**
- **OCDE**
- **OMS**

METODOLOGIA

O presente relatório foi elaborado a partir de um conjunto de ações. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa documental qualitativa que consultou os protocolos de reabertura depois do isolamento social (ou *lockdown)* de 23 países[8]. Para tanto, foram realizadas pesquisas pelo buscador de Internet google.com.br, bem como nos *sites* do Poder Executivo, Ministérios da Educação e Ministério da Saúde dos diferentes países. Alguns destes documentos estão publicamente disponíveis no seguinte link: **www.institutorodrigomendes.org.br/protocolos-covid19**.

Também foram realizadas pesquisas nos seguintes organismos internacionais:

(1) Organização das Nações Unidas – ONU;

(2) Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF;

(3) Banco Mundial;

(4) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco;

(5) União Européia;

(6) Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE;

(7) Organização Mundial de Saúde – OMS.

Além da pesquisa documental, foram também realizadas pesquisas bibliográficas em relatórios e artigos científicos considerados referências no tema da educação inclusiva, e foram consultados por e-mail um total de 43 especialistas de todas as regiões do mundo[9]. Todos os documentos coletados foram analisados, e suas informações sistematizadas e consolidadas no presente relatório. A tabela a seguir relaciona todos os especialistas que responderam aos e-mails com informações e documentos:

8 Alemanha, Austrália, Áustria, Canadá, China, Coréia do Sul, Dinamarca, Escócia, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Japão, Jordânia, Noruega, Nova Zelândia, País de Gales, Portugal, Reino Unido, Singapura, Taiwan, Uruguai.

9 Gostaríamos de agradecer a todos os especialistas consultados que tomaram um pouco de seu tempo para nos enviar informações. Essa ajuda foi de grande relevância para a construção do presente trabalho.

ESPECIALISTAS

País	Nome	Perfil
Austrália/ Hong Kong	**Chris Forlin**	Professora de educação inclusiva, pesquisadora e consultora. Vasta experiência em projetos de educação pela Oceania e Ásia.
Canadá	**Tim Loreman**	Professor de educação inclusiva. Pesquisador e consultor na implantação de políticas inclusivas pelo mundo, como Ucrânia e Fiji.
Canadá e Colômbia	**Ines Escallon**	Uma das maiores lideranças colombianas na implementação da política de inclusão naquele país. Mudou-se para o Canadá e tem sido responsável pela elaboração de pesquisas e relatórios sobre inclusão no mundo, dentro da Inclusion International.
Dinamarca	**Mr. Stig Langvad**	Presidente do Disabled Peoples Organisations Denmark (DPOD); Membro do comitê executivo da Danish Association of the Disabled.
Estados Unidos	**Bill Henderson**	Professor do ensino básico e diretor da primeira escola inclusiva de Boston. Autor de livros e estudos sobre o tema da educação inclusiva, é dos maiores líderes sobre o assunto nos Estados Unidos.
Inglaterra	**Mel Ainscow**	Professor de educação inclusiva. Referência internacional por ter criado, junto com Tony Booth, o Index for Inclusion, ferramenta muito influente para avaliação de qualidade da política de inclusão.
Itália	**Dario Ianes**	Professor de educação inclusiva.
Itália/ Inglaterra	**Simona D'Alessio**	Honorary fellow e pesquisadora na UCL. Professora de educação fundamental na Itália.
Jordânia	**Mr. Mohammed Al-Tarawneh**	Engenheiro de formação, tem ampla participação nas políticas de inclusão e de redução da discriminação de jovens e mulheres na Jordânia.
País de Gales	**Verity Donnelly**	Experiência no ensino de jovens com variados tipos de deficiência no País de Gales. Pesquisadora de variados projetos relacionados ao tema no âmbito de políticas nacionais e europeias.

FONTE: Produção própria.

A presente pesquisa abrange países que já se encontram na fase de reabertura das escolas.

ORIENTAÇÕES AO LEITOR

O presente relatório é resultado de um sobrevoo feito ao redor do mundo, envolvendo 23 países, e tem como finalidade oferecer referências para gestores públicos, dirigentes de instituições de ensino, educadores e demais profissionais responsáveis por planejar e implementar ações voltadas ao atendimento educacional de pessoas com deficiência durante a pandemia de covid-19.

No capítulo 1, trazemos considerações acerca do possível impacto da pandemia em crianças e adolescentes com deficiência de maneira geral. Aqui, relatamos cuidados quanto:

(1) ao direito à informação acessível;

(2) ao acesso às terapias durante o isolamento;

(3) à sobrecarga das famílias;

(4) à saúde mental;

(5) à continuidade da educação.

No capítulo 2, fazemos considerações sobre a educação inclusiva durante o período de isolamento social. Aqui, falamos de aspectos relacionado ao processo de ensino e aprendizagem, à relação da família e dos estudantes com a escola, e das políticas públicas necessárias para os contextos mais vulneráveis.

No capítulo 3, apresentamos diretrizes sobre medidas e cuidados que devem ser tomados antes e durante a reabertura das escolas, considerando a experiência de diversos países que já passaram por esse processo, a partir do ponto de vista das políticas públicas e do processo de ensino e aprendizagem. No que diz respeito às políticas públicas, são abordadas questões quanto aos critérios de retorno, medidas de higiene e distanciamento social.

Por fim, elaboramos uma breve conclusão trazendo reflexões acerca do contexto brasileiro. As diferentes partes deste relatório se comunicam entre si, mas também podem ser lidas isoladamente.

É fundamental esclarecer que as informações apresentadas neste relatório devem ser entendidas como uma possível fonte de referência e pesquisa para profissionais comprometidos com a educação inclusiva. Não são, portanto, receitas prontas, passíveis de mera replicação com expectativas de um mesmo resultado.

CAPÍTULO 1

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL

O período de isolamento social e o contexto de pandemia afetam de maneira desproporcional a população com deficiência, que pode ser considerada mais vulnerável que a média da população em geral. Indício desse apontamento é que não há dados específicos e bem produzidos acerca da gravidade da doença entre esse grupo, além de seus membros enfrentarem diversos desafios quanto à discriminação nos sistemas escolar e de saúde e disponibilidade de informações acessíveis, e estarem sujeitos ao aumento da ansiedade decorrente da falta de apoio às suas especificidades.

As notícias sobre a disseminação da covid-19 e suas consequências estão por toda a parte. Porém, essa informação está acessível para todas as pessoas? A relatora especial da ONU para pessoas com deficiência, Catalina Devandas, chama atenção para o fato de que a orientação e o apoio necessários às pessoas com deficiência durante a pandemia estavam sendo negligenciadas[10]. A relatora aponta que as necessidades particulares das pessoas com deficiência não estavam sendo consideradas, por exemplo a necessidade da presença física de cuidadores, o acesso a auxílio financeiro emergencial adicional, medidas restritivas à discriminação nas triagens de saúde relacionadas ao vírus Sars-CoV-2, bem como acesso à informação acessível.

O UNICEF recomenda[11] que a mensagem de como prevenir o Coronavírus, o que fazer no caso de apresentar sintomas e as mensagens relacionadas à reabertura das escolas e cidades em geral estejam disponíveis em diferentes formatos para serem acessíveis a todas as pessoas:

Braile e letras grandes para pessoas cegas ou com baixa visão

Formatos escritos ou vídeos com legenda de texto e/ou linguagem de sinais para pessoas com deficiência auditiva

Visão simplificada para pessoas com deficiência intelectual

Conteúdo web acessível para aqueles que usam tecnologias assistivas, como leitor de tela

FONTE: Produção própria a partir das recomendações da UNICEF

10 DEVANDAS, Catalina. COVID-19: Who is protecting the people with disabilities? – UN rights expert. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25725&LangID=E. Acesso em: em 17 de junho de 2020 às 15h48).

11 UNICEF. COVID-19 response: Considerations for Children and Adults With Disabilities. Disponível em: https://www.unicef.org/disabilities/files/COVID-19_response_considerations_for_people_with_disabilities_190320.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 15h49.

É muito importante e recomendado que as famílias conversem com seus filhos e expliquem o que está acontecendo de maneira simples e compreensível[12]. As crianças observam tudo o que está ao seu redor e sentem a tensão de seus cuidadores, mas muitas vezes não são informadas do contexto, o que lhes gera ainda mais ansiedade.

As escolas e gestores públicos devem fornecer materiais acessíveis a todos contendo informações sobre prevenção, cuidados e também sobre todas e quaisquer mudanças de contexto ou de decisões que forem ocorrendo ao longo do tempo[13]. Neste período de isolamento social, é imprescindível que as escolas mantenham a comunicação e o vínculo com as crianças e adolescentes com deficiência e com suas famílias.

Também é importante que toda a comunidade se engaje em tornar sites e informações acessíveis. Existe uma iniciativa internacional de disponibilizar as estatísticas[14] relacionadas à disseminação do vírus de maneira acessível, por exemplo.

O direito à informação das pessoas com deficiência só é preservado se houver preocupação em oferecer informações de maneira acessível, consideradas as diferenças, peculiaridades e severidades de diversos tipos de deficiência.

Um guia da Organização das Nações Unidas (United Nation Human Rights Office of the High Commissioner) dá exemplos de boas práticas no sentido de proteger as pessoas com deficiência:

(1) O Paraguai e o Panamá desenvolveram sistemas para garantir que as informações relevantes sejam fornecidas em formatos acessíveis. Na mesma linha, o Ministério da Saúde da Nova Zelândia possui uma seção de seu site dedicada a fornecer informações em formatos acessíveis, incluindo linguagem de sinais e de fácil leitura. O governo do México adotou uma prática semelhante.

(2) Na Argentina, pessoas de apoio estão isentas de restrições de movimento e distanciamento físico para fornecer apoio às pessoas com deficiência (cuidadores, tutores, intérpretes, terapeutas). As redes de apoio à comunidade se desenvolveram na Colômbia e recrutam voluntários que apoiam pessoas com deficiência e idosos com suas compras e outras tarefas. Além disso, no Panamá, em um esforço para reduzir riscos, horários específicos foram alocados para pessoas com deficiência e seus familiares, e foram designados assistentes pessoais para compras essenciais.

---

12 UNICEF. How to work with children and adults with disabilities during Covid-19 and make sure they have a say. 2020.

13 UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. COVID-19 and The Rights of Persons with Disabilities: Guidance. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Disability/COVID-19_and_The_Rights_of_Persons_with_Disabilities.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 15h49.

14 LITTLEFIELD, Tyler. Accessible COVID-19 statistics tracker. Disponível em: https://cvstats.net. Acesso em: 18 de junho de 2020 às 09h03.

(3) O Reino Unido flexibilizou inicialmente regras estritas de confinamento e introduziram exceções para permitir que pessoas autistas e outras pessoas com deficiência saiam de suas casas. A França introduziu medidas semelhantes[15].

Adiante, estão alguns outros cuidados que gestores públicos, escolas e famílias podem tomar para que a população de crianças e adolescentes com deficiência tenha acesso a seus direitos e consiga passar por este período da melhor maneira possível[16]:

ACESSO ÀS TERAPIAS

Algumas crianças com deficiência possuem uma rotina de diversos tipos de terapia, tais como fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, entre outras. O isolamento social pode interromper essa rotina, já que muitos dos profissionais têm que se isolar também. Conforme demonstrado anteriormente, alguns países do mundo flexibilizaram a quarentena para pessoas de apoio às pessoas com deficiência. Como no Brasil não há regulação nesse sentido, caso os terapeutas não estejam atendendo presencialmente, para tornar a situação menos estressante para as crianças e adolescentes é interessante manter a rotina anterior por meio de ferramentas online sempre que for possível. Nesse caso, é possível fazer chamadas de vídeo com o terapeuta para realizar as terapias por meio de videoconferências, com o auxílio dos pais da criança ou jovem com deficiência. Caso não seja possível realizar chamadas de vídeo por falta de acesso a infraestrutura de Internet, computadores e celulares, é possível que sejam feitas ligações telefônicas com o objetivo de manter os vínculos com os profissionais[17].

Um Guia da Unesco para pais de crianças com deficiência sugere que o isolamento pode ser um período para que as crianças adquiram novas habilidades. A sugestão do Guia é que as famílias se dediquem a ensinar tarefas cotidianas, dando maior autonomia, mas sempre respeitando os limites e a capacidade das crianças. Além disso, sugere que os pais utilizem de materiais disponíveis na internet para treinar as crianças.[18]

15 UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. COVID-19 and The Rights of Persons with Disabilities: Guidance. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Disability/COVID-19_and_The_Rights_of_Persons_with_Disabilities.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 15h49.

16 UNICEF. Tips for parents dealing with COVID-19 lockdown. Disponível em: https://www.unicef.org/media/67211/file. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h00.

17 ST CLAIR, Rebecca. Helping someone with intellectual disability during COVID-19. Disability Support Guide. Austrália, 2020. Disponível em: https://www.disabilitysupportguide.com.au/talking-disability/helping-someone-with-intellectual-disability-during-covid-19. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h03.

18 UNESCO. Life in the Times of Covid 19: a guide for parents of children with disabilities. New Delhi, 2020. Disponível em: https://en.unesco.org/news/another-covid-19-front-line-parents-children-disabilities. Acesso em: 13 de junho de 2020 às 02h03.

A interrupção das terapias pode significar uma estagnação ou retrocesso em habilidades adquiridas anteriormente pela criança. Com isso, é preciso que os pais tenham paciência e compreendam as dificuldades deste momento, e também que as escolas recebam essas crianças considerando essas dificuldades na ocasião da volta às aulas.

SOBRECARGA DAS FAMÍLIAS

Uma parte significativa dos pais e mães de crianças com deficiência estão também cumprindo isolamento social. Para além de toda a carga mental que o período de isolamento impõe, muitos estão tendo que trabalhar em *home office*, sendo cobrados por seus chefes e empresas contratantes a entregar o mesmo rendimento de sempre. Outros estão passando por grande estresse devido a situações de desemprego ou de terem que trabalhar fora de casa, correndo risco de se contaminarem. Mesmo nesse contexto, os pais e mães estão sendo cobrados também pelas escolas para auxiliar seus filhos nas atividades e estudos que precisam desenvolver, além de muitas vezes terem que acompanhar as terapias e/ou improvisar terapias em casa, sem terem a expertise técnica para tanto.

Tantas demandas podem gerar uma sobrecarga emocional em famílias que tenham crianças e adolescentes com deficiência. É muito importante que todos os adultos da família dividam as responsabilidades com os afazeres domésticos e com o cuidado das crianças. Além disso, pais e mães não são professores ou terapeutas de seus filhos, e podem e devem se concentrar em passar momentos de qualidade em família. O acompanhamento das atividades escolares e terapias deverá ser feito na medida do possível, desde que isso não sobrecarregue ou abale os familiares. A saúde mental e o nível de estresse da família impactam diretamente o bem-estar da criança e adolescente com deficiência.

SAÚDE MENTAL

Muitas crianças e adolescentes não entendem por que devem se isolar, ou não conseguem dar concretude às possíveis consequências da doença causada pelo vírus Sars-CoV-2. Muitas vezes, o isolamento pode ampliar a sensação de não pertencimento, ou causar impactos na saúde mental das crianças e adolescentes com deficiência[19].

Caso os pais ou responsáveis pela crianças ou adolescente com deficiência notem maior irritabilidade, tristeza ou apatia, devem procurar ajuda profissional de psicoterapeutas que estão atendendo por meio de

19 A publicação Beyond Words: empowering people through pictures, 2020. "Good Days and Bad Days During Lockdown" mostra a partir de imagens as possibilidades para os dias bons e ruins durante o isolamento.

video chamadas. Algumas vezes estes profissionais são os mesmos que já atendiam as crianças anteriormente, outras vezes são profissionais disponibilizados pela escola para seus estudantes e, por vezes, pode ser necessário iniciar uma terapia desse tipo[20]. Algumas escolas criaram um kit informacional acessível sobre saúde mental para entregar para as famílias durante o isolamento[21].

Existem serviços de atendimento gratuito que podem auxiliar os pais e cuidadores neste momento com o apoio psicológico necessário.

EDUCAÇÃO

A chegada da covid-19 no Brasil causou a rápida decisão de fechar as escolas, que estão oficialmente sem aulas presenciais desde 23 de março de 2020. O caminho natural foi recorrer à educação à distância (online). Guia publicado pela OCDE (2020) sugere que a educação não deve ser interrompida durante a ocorrência da pandemia, e, portanto, da quarentena e isolamento social. Ele sugere uma série de medidas que têm por objetivo mitigar o impacto da pandemia na educação. Dentre elas estão:

(a) estabelecer uma comunicação efetiva entre escola, estudantes, pais e professores;

(b) identificar meios para promover a educação online ou desenvolver outros meios de entrega, como programas de televisão, podcast, rádio, pacotes de aprendizagem (online ou em pacotes impressos);

(c) assegurar suporte adequado para famílias mais vulneráveis;

(d) continuar o suporte com alimentação e atendimento psicológico disponível antes da pandemia nas escolas;

(e) cuidar para que os educandos façam uso seguro e não excessivo de telas (computadores, televisões, tablets e celulares) para preservar seu bem-estar e sua saúde mental.

Segundo o mesmo documento (OCDE, 2020), os países devem buscar estratégias para que os educandos possam estudar em casa. Dentre os inúmeros desafios apresentados, o principal parece ser acesso à infraestrutura, que inclui acesso a computadores, Internet e um local adequado para estudar em suas casas, conforme demonstrado anteriormente. Para resolver tal questão em caráter de urgência, a instituição sugere que os governos e escolas busquem parcerias com o setor privado para fornecer esses equipamentos aos estudantes, ou ainda que utilizem de meios como televisão, rádio, podcasts ou kits de conteúdo impressos para que os

20 UNESCO. Life in the Times of Covid 19: a guide for parents of children with disabilities. New Delhi, 2020. Disponível em: https://en.unesco.org/news/another-covid-19-front-line-parents-children-disabilities. Acesso em: 13 de junho de 2020 às 02h03.

21 SCHOOL EDUCATION GATEWAY. Reach academy Feltham's whole-school, whole-community response to Covid-19. European Toolkit for Schools, 2020.

educandos possam ter acesso a partir de suas casas. Apesar do documento não tratar de educação inclusiva, ele ressalta que este momento de estudos isolados pode aprofundar ainda mais as diferenças de aprendizagens entre estudantes de diversos contextos. Também a Organização das Nações Unidas aponta que há grandes chances da situação do isolamento aumentar a lacuna existente entre os estudantes por conta dos diferentes contextos em que vivenciam este momento, aumentando a evasão escolar e/ou as dificuldades de aprendizagem, com impacto mais profundo nos estudantes mais vulneráveis[22].

Muitos países disponibilizaram listas de recursos que podem ser utilizados na educação à distância. O Unicef publicou uma série de considerações para crianças e adultos com deficiência, e dentre elas está a sugestão de que se garanta que as as plataformas de ensino à distância sejam seguras e acessíveis às crianças com deficiência; os professores sejam treinados para apoiar crianças com deficiência remotamente; e que quaisquer programas de educação especial sejam incluídos nas medidas para garantir a continuidade da educação.[23]

Além disso, o mesmo documento sugere que seja fornecido apoio aos cuidadores de crianças com deficiência, incluindo aquelas com desenvolvimento e / ou deficiência intelectual, implementando considerações específicas ao gerenciar os cuidados e a educação de seus filhos em casa e sua própria saúde mental e bem-estar psicossocial[24].

As escolas devem acompanhar de perto o desenvolvimento de cada uma das crianças e adolescentes com deficiência ao longo do período de isolamento, fornecendo momentos de tutoria individual para o caso de estudantes com deficiência intelectual, conforme necessidade, e materiais de apoio acessíveis conforme a deficiência de cada estudante.

O próximo capítulo deste relatório irá tratar da educação inclusiva durante o período de isolamento social.

22 UNITED NATIONS COORDINATED APPEAL. Global Humanitarian Response Plan to COVID-19. Disponível em: https://www.unocha.org/sites/unocha/files/Global-Humanitarian-Response-Plan-COVID-19.pdf. Acesso em: 13 de junho de 2020 às 02h03.

23 UNICEF. COVID-19 response: Considerations for Children and Adults With Disabilities. 2020, p.3. Disponível em: https://www.unicef.org/disabilities/files/COVID-19_response_considerations_for_people_with_disabilities_190320.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 15h49.

24 Idem, ibidem.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO INCLUSIVA DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL

ASPECTOS DE POLÍTICA PÚBLICA

Um dos principais problemas do ensino à distância e online é o acesso à infraestrutura. Essa condição de vulnerabilidade é mais intensa e comum nas classes mais baixas, mas também pode ser uma realidade para estudantes de classe média que frequentem escolas particulares, já que muitas vezes a família possui apenas um computador que precisa ser utilizado pelos adultos da casa para trabalhar.

Nas escolas públicas e privadas, é importante que se saiba as condições de estudo de cada estudante, e a possibilidade de acesso a computador, celular e a internet. Foram adotadas diferentes soluções no mundo para possibilitar que as crianças estudem em diferentes contextos. Muitos países forneceram materiais impressos para que os educandos pudessem fazer os exercícios em casa, pensando que somente o celular poderia estar disponível para assistirem aos vídeos devido à falta de acesso a computadores. As escolas que possuem computadores muitas vezes têm emprestado as máquinas para as famílias para que os estudantes possam usar durante seu fechamento. Outra solução adotada em alguns países e também em algumas regiões do Brasil foi transmitir aulas e atividades por meio de rádio ou televisão quando não era possível ter acesso à Internet. Houve exemplos no mundo de escolas públicas que fizeram parcerias com fornecedores de internet de banda larga e empresas de tecnologia para fornecer temporariamente esses equipamentos para as famílias mais vulneráveis (CULLINANE; MONTACUTE, 2020).

Ainda que todas essas soluções sejam bastante eficientes, é necessário e recomendado compreender as especificidades dos estudantes com deficiência e, sempre que preciso, fornecer os softwares e programas necessários para sua participação, além de garantir que materiais em vídeos tenham legendas impressas, audiodescrição e janela de tradução de Libras, ou que textos sejam legíveis por meio de softwares, e que os exercícios e materiais didáticos sejam compatíveis com suas possibilidades e capacidade.

Em todo esse processo de inclusão dos estudantes com deficiência na prática do ensino online, é imprescindível que os professores do Atendimento Educacional Especializado participem ativamente do planejamento (MENDES, 2020).

Portanto, é preciso conhecer, medir e trabalhar em cima dessas condições para que a educação não seja interrompida e, principalmente, é preciso oferecer meios para que todos os estudantes possam estudar, considerando os aspectos individuais de cada um deles.

Especialista internacional em educação inclusiva Mel Ainscow explica que neste momento é preciso que os gestores públicos mobilizem recursos e formem parcerias para garantir acesso à educação a todos:

Para promover a inclusão e a equidade na educação, os governos precisam mobilizar recursos humanos e recursos financeiros, alguns dos quais podem não estar sob seu controle direto. Formar parcerias entre os principais interessados que possam apoiar o processo de mudança é, portanto, essencial. Essas partes interessadas incluem: pais / cuidadores; professores e outros profissionais da educação; formadores de professores e pesquisadores; gestores nacionais, locais e escolares; gestores políticos e prestadores de serviços em outros setores (por exemplo, saúde, proteção infantil e assistência social); grupos cívicos na comunidade; e membros de grupos minoritários que correm risco de exclusão.[25]

Outro ponto relevante é que muitas crianças e adolescentes dependiam da alimentação fornecida nas escolas para sua nutrição. Uma boa nutrição é requisito básico e essencial para que a criança tenha um bom processo de aprendizagem. Por isso, é muito importante durante o isolamento social que as famílias mais vulneráveis sigam recebendo alimentos fornecidos pela escola[26].

Durante os estudos por meios digitais, também devem ser observados os cuidados em relação à superexposição das crianças às telas (computadores, celulares, televisão), com a segurança digital e com a disponibilidade e o uso de seus dados na internet para propósitos comerciais e com a exposição à publicidade infantil.

A seguir, estão as principais recomendações para este momento:

> Promover acesso à infraestrutura

> Garantir que professores do Atendimento Educacional Especializado e as famílias participem do planejamento

> Garantir a alimentação das crianças nas famílias mais vulneráveis

> Garantir material didático acessível a todos

25 AINSCOW, Mel. Promoting inclusion and equity in education: lessons from international experiences. Nordic Journal of Studies in Educational Policy. Vol 6, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/20020317.2020.1729587. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h00.

26 SCHOOL EDUCATION GATEWAY. Reach academy Feltham's whole-school, whole-community response to Covid-19. European Toolkit for Schools. 2020.

ASPECTOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A declaração de Incheon da Unesco, que visa "Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos", traz como uma das metas a inclusão e a equidade por meio da educação, e enfrentar as desigualdades de acesso e de aprendizagem. Portanto, ela estabelece que as metas para educação só poderão ser consideradas cumpridas caso sejam atingidas por todos, especialmente às pessoas com deficiências, assegurando que ninguém seja deixado para trás[27]. Países que seguem essas recomendações, como a Nova Zelândia, indicam que a educação de todos os estudantes deve ser desenvolvida a partir daqueles mais vulneráveis[28]. O melhor entendimento dessa afirmação é compreender que a educação será desenvolvida e pensada de uma maneira menos homogênea e mais individualizada, contemplando diferentes necessidades e habilidades dos estudantes com ou sem deficiência.

A construção de um ensino online inclusivo pode ser uma grande oportunidade de reconstrução das maneiras de ensinar e aprender para todos os alunos. Porém, em uma situação de isolamento social em que a decisão por iniciar o ensino remoto vem de maneira repentina, obrigatória e não planejada, a prática pode ser bem mais complexa. É provável que haja dificuldades de adaptação ao modelo de ensino remoto das mais diversas ordens, já que as redes de ensino ainda não adotam o uso consistente de tecnologias e tanto os estudantes quanto os professores têm pouca familiaridade com as ferramentas de ensino a distância. Dessa forma, é bem provável que, quando o período de distanciamento social tiver fim, os estudantes apresentem lacunas significativas de aprendizado[29] (entre outras questões).

Assim, é preciso cuidar para que a aprendizagem dos estudantes com deficiência siga sendo efetiva e eficiente, e que considere tanto aspectos intelectuais e acadêmicos quanto o desenvolvimento de habilidades sociais.

27 UNESCO. "Declaração de Incheon. Educação 2030: ruma à uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos". Incheon: 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18:22.

28 INCLUSION INTERNATIONAL. Webinário Inclusive Education: before, during and after Covid-19. Disponível em: https://us02web.zoom.us/rec/play/68B8der9-js3GNKQ5ASDUPIsW43vfams0iRP-_Jfz0_kVHcFOlPwY7ATMeN1jOKUtNzLuPu4KR7n-gWY?continueMode=true&_x_zm_rtaid=aVZ4W6_gRqe14zhfi-k24Q.1591413397259.e92175c1801e8638bb47fb1c11ecb3a3&_x_zm_rhtaid=747. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h21.

29 TODOS PELA EDUCAÇÃO. Nota Técnica: Ensino à distância na educação básica frente à pandemia da COVID-19. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf?1730332266=&utm_source=conteudo-nota&utm_medium=hiperlink-download. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h04.

A primeira providência para um ensino online efetivo é estabelecer desde o princípio uma boa comunicação com os estudantes e suas famílias. Um estudo do Centro de Aprendizagem Online para estudantes com deficiência (*Center on Online Learning and Students with Disabilities)* indica que uma boa comunicação deve ser **(1)** atenciosa, **(2)** abrangente e **(3)** consistente. Ela deve atender a um plano de longo prazo, tentar ser compatível com os horários preferidos de comunicação do estudante dentro de sua rotina em casa, e compartilhar informações sobre o desempenho dos educandos e rotinas de apoio às suas dificuldades[30]. Uma boa comunicação permite que tanto os educadores quanto os pais da criança conheçam os diferentes aspectos dessa jornada, as principais dificuldades, como aquele estudante prefere aprender, entre outras condições essenciais.

Todavia, no contexto brasileiro, que apresenta dimensões continentais e enorme diferença social e regional, nem sempre essa comunicação individualizada é possível. Sempre que for viável, é recomendado investir tempo e recursos humanos nessa estratégia, mas nos casos em que não for possível, como nos casos de educação por meio de televisão ou rádio, é importante que o educador interlocutor tenha em mente as diferenças e especificidades das crianças com deficiência e tente contemplá-las no seu modo de ensinar, ou que sejam desenvolvidas maneiras criativas de se estabelecer essa comunicação.

A comunicação é importante para a manutenção do vínculo e acompanhamento do desenvolvimento de cada aluno, mas, para além dela, um dos princípios da educação inclusiva e antidiscriminatória é que todas as pessoas aprendem de maneiras diferentes e, por isso, devem existir também diversas formas de ensinar. Significa dizer que as expectativas de ensino e aprendizagem, as atividades, os materiais didáticos e também as avaliações devem ter diferentes formatos, estratégias e possibilidades.

É papel do professor, dos pedagogos, professores do Atendimento Educacional Especializado e gestores escolares garantir que todos os estudantes tenham uma aprendizagem eficiente, reduzindo toda e qualquer barreira que por ventura possa impedir que o educando atinja as expectativas de aprendizagem estipuladas pelo professor e acordadas entre as partes. Em um momento em que todo o ensino migra para plataformas online, isso poderia ser uma oportunidade de repensar as maneiras de ensinar, e utilizar a crise como um catalisador da criatividade, de maneira que seja possível criar conteúdos e materiais em diferentes formatos para atender aos estudantes com deficiência e, por consequência, atrair e motivar mais todos os educandos da turma. O professor pode, por exemplo,

30 CENTER ON ONLINE LEARNING AND STUDENTS WITH DISABILITIES. Equity matters: Digital & online learning for students with disabilities. Lawrence, KS. 2016. Disponível em: http://www.centerononlinelearning.res.ku.edu/wp-content/uploads/2017/04/EquityMatters2016Final.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18h51.

criar várias atividades com o mesmo objetivo, e deixar que os estudantes escolham qual lhes parece mais interessante ou adequada às suas possibilidades. Outra maneira de considerar a todos é dar alternativas para que uma mesma atividade seja realizada por escrito, vídeo, desenho, áudio, entre outras possibilidades, ou até mesmo flexibilizar sua entrega.

O ensino a distância pode ter a vantagem de facilitar que o professor crie objetivos específicos para as dificuldades de cada estudante e trabalhar o seu desenvolvimento. Um aluno pode, por exemplo, precisar melhorar a escrita, enquanto outro a compreensão de texto. Nesse sentido, obter informações sobre os estudantes, incluindo sua formação cultural, como é o acesso e a qualidade da infraestrutura em sua casa, suas melhores habilidades e competências, bem como as disciplinas de sua preferência e os horários de trabalho possíveis e os preferidos pode ajudar a adaptar as demandas do professor ao contexto pessoal de cada estudante, estimulando a aderência dos alunos às atividades propostas[31]. Tarefas cotidianas, como as compras de mercado, o pagamento de contas, a limpeza da casa, podem ser utilizadas no contexto da aprendizagem, criando situações problema que estimulem a interação dos estudantes com seus pais[32].

Outra oportunidade deste momento é ensinar os estudantes a colaborarem entre si, com tarefas que precisam ser executadas em grupo. A habilidade de autogestão também poderá ser trabalhada, já que os estudantes devem organizar seu tempo e ter disciplina para estudar, mesmo estando em casa. Também podem ser treinadas a comunicação, escuta ativa, diálogo, pensamento crítico por meio de debates organizados em plataformas síncronas de internet, nas quais os alunos estão presentes ao mesmo tempo e em constante interação, sempre que o contexto de infraestrutura permitir.

Todavia, em muitos momentos a realidade brasileira é de professores sobrecarregados, com a demanda de rapidamente adquirirem uma nova habilidade de ensino, bem como novas competências técnicas, que antes não eram necessárias em sua função. Isso muitas vezes ocorre em condições em que o próprio professor está em casa e acumula funções de cuidado com a casa e os demais familiares, especialmente seus filhos, além dos impactos causados pela situação de pandemia e isolamento. Nessas condições, primeiro é preciso garantir que todos os professores tenham infraestrutura para fornecer o ensino online a todos os estudantes (computador, celular para fazer vídeos, softwares eventualmente necessários e bom acesso à internet). Em ambientes remotos sem acesso à internet, é necessário que o professor possa gravar aulas para a TV ou que possa dar aulas na rádio local.

31 Idem.

32 SEALE, Colin. Distance Learning During The Coronavirus Pandemic: Equity And Access Questions For School Leaders. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/colinseale/2020/03/17/distance-learning-during-the-coronavirus-pandemic-equity-and-access-questions-for-school-leaders/#6891e4701d4d. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h08.

Uma vez garantido isso, é necessário que todos os atores dos ambientes escolares trabalhem juntos para que as atividades, tarefas e materiais didáticos sejam construídas de maneira acessível, considerando as necessidades específicas de cada aluno. Em um cenário ideal, é importante que os professores recebam treinamento técnico e pedagógico para que possam aumentar sua eficiência e qualidade no ensino à distância. Porém, mesmo que não seja possível individualizar as atividades e expectativas de aprendizagem e/ou treinar os professores, o mínimo para uma educação inclusiva é fornecer materiais didáticos acessíveis e atividades possíveis e compatíveis com as características de cada um dos educandos.

A Unesco sugeriu algumas recomendações para uma boa transição para o ensino online em tempos de covid-19 (UNESCO, 2020c). São elas:

(1) Examine a realidade de cada local considerando infraestrutura e capacidade dos estudantes e professores para escolher a forma mais eficiente de transmitir o ensino;

(2) Implemente medidas que assegurem a inclusão de estudantes com deficiência, inclusive aqueles de famílias mais pobres;

(3) Proteja os dados e a privacidade dos estudantes;

(4) Priorize soluções que também resolvam questões psicossociais antes de focar no ensino. Ou seja, tente assegurar interação entre escolas, pais, professores, estudantes. Crie comunidades e interação humana constante e trabalhe as dificuldades psicossociais enfrentadas pelos estudantes;

(5) Tenha um cronograma de ensino para que considere as possibilidades dos estudantes, suas necessidades e a disponibilidade dos pais em acompanhar as atividades;

(6) Promova treinamento para professores e pais para o uso de ferramentas digitais;

(7) Misture ferramentas e soluções que estão disponíveis para a maior parte dos estudantes, tanto síncronas quanto assíncronas e evite sobrecarregá-los com novas ferramentas.

(8) Desenvolva regras de ensino a distância e monitore o processo de aprendizagem de cada um dos estudantes. Tente dar feedback construtivo para as atividades e evite sobrecarregar os pais pedindo para corrigir a atividades;

(9) Defina a duração das unidades de aprendizagem de acordo com os níveis de ensino e possibilidades de autodisciplina dos estudantes;

(10) Crie comunidades e estabeleça conexão entre professores, pais e mães, gestores escolares para conversar sobre a sensação de solidão e desamparo e facilite o compartilhamento de experiência sobre as dificuldades na aprendizagem.

Nem sempre será possível atender a todas estas diretrizes, mas é importante tê-las como um norte para que sejam respeitadas na maior medida possível.

Especificamente para crianças com deficiência, a professora Simona D`Allessio indica que para apoiar o ensino à distância inclusivo é preciso:

(1) ensino em equipe, no qual professores curriculares ensinem as crianças com deficiência e que, com apoio de tutores, adaptem e acomodem os materiais didáticos juntos e estabeleçam metas e objetivos para a criança com deficiência;

(2) colaboração com os colegas de classe, em que a construção do conhecimento se dá de maneira coletiva e relacional, pela interação com seus colegas a partir de vídeos, atividades em pequenos grupos, contação de histórias pelos colegas etc., e;

(3) apoio à família, entendendo sua realidade durante o isolamento, escolhendo objetivos, oferecendo apoio psicológico, reduzindo o tempo nas telas e oferecendo atividades motoras finas (D'ALESSIO, 2020).

Um aspecto muito importante a ser enfatizado é a socialização das crianças e adolescentes, que é uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que ajuda as crianças com deficiência em sua socialização, também forma os demais estudantes de maneira mais inclusiva e empática, preparando cidadãos melhores para viver em sociedade. Por isso, é muito importante que, sempre que possível, mesmo durante o isolamento, os educandos tenham contato entre si, que não precisa sempre ser mediado pelo professor (a não ser pelos tutores ou intérpretes, quando necessário). Isso pode ser feito por meio de chamadas de vídeo, ou até mesmo por ligações telefônicas ou redes sociais.

As inteligências sociais devem fazer parte do currículo: habilidades de se relacionar com os demais, consciência de si, consciência social, autogestão e tomada de decisão responsável são essenciais para a vida social e profissional de todos os estudantes. Crianças e adolescentes com transtorno do espectro do autismo e/ou outros precisam de dedicação especial para desenvolvimento dessas habilidades, e necessitam de instruções diretas explícitas e *feedback* construtivo e específico, em paralelo e ao mesmo tempo que o ensino acadêmico[33]. Os estudantes com deficiência intelectual devem ter acesso a aulas em pequenos grupos e atividades específicas para diminuir o impacto do fechamento das escolas em sua aprendizagem, e além disso podem ser necessários momentos individuais dependendo das características de cada aluno.

Envolver os estudantes na elaboração de materiais acessíveis pode ser uma estratégia interessante. Uma pesquisa qualitativa que envolveu estudantes no processo de elaboração de tarefas em conjunto com professores concluiu que as atividades desenvolvidas tendo em mente os educandos mais vulneráveis tirou os professores da sua zona de conforto e levou a atividades melhores e mais criativas para todo o conjunto de estudantes (AINSCOW, 2020).

Conforme mencionado anteriormente, idealmente deve ser fornecido treinamento técnico e pedagógico aos professores para permitir que

33 CENTER ON ONLINE LEARNING AND STUDENTS WITH DISABILITIES. Equity matters: Digital & online learning for students with disabilities. Lawrence, KS. 2016. Disponível em: http://www.centerononlinelearning.res.ku.edu/wp-content/uploads/2017/04/EquityMatters2016Final.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18h51.

eles entreguem conteúdo online aos estudantes (CULLINANE; MONTACUTE, 2020). Isso pode ser feito de maneira remota e online, e devem ser consideradas a carga horária do professor e seu contexto pessoal durante a pandemia para avaliar sua disponibilidade e possibilidade.

A avaliação é parte crucial do ensino e faz parte da rotina dos estudantes no ensino presencial. Normalmente, as avaliações se relacionam com a absorção de conteúdos e demonstração de algumas competências. Em um contexto de pandemia mundial e isolamento social, o nível de estresse e ansiedade dos estudantes já é alto, e talvez seja o caso de considerar adiar as avaliações ou repensar as práticas avaliativas. Alguns países, por exemplo a Bélgica, proibiram avaliações certificatórias, permitindo que fossem feitas apenas avaliações formativas no período de isolamento social[34]. Avaliações formativas são aquelas que objetivam o crescimento pessoal e individual de cada um, e dão um *feedback* construtivo para os estudantes para que possam evoluir sua aprendizagem baseados nos seus próprios parâmetros individuais. Em outras palavras, o professor auxilia o educando a evoluir, sem compará-lo com os demais estudantes da turma por meio de notas. No caso dos educandos com deficiência, essa prática pode ajudar a demonstrar consistência na evolução de sua aprendizagem, motivar para seguir evoluindo e impedir que sejam deixados para trás ou desistam de estudar.

A experiência da *Reach Academy Feltham* (RAF) no Reino Unido gerou diretrizes que podem servir de inspiração. A escola previu três horas de aprendizagem por dia, com sessões de uma hora, sendo que os vídeos dos professores com instrução tinham 20 minutos cada e o tempo restante era dedicado à realização das tarefas pelos estudantes. As crianças e jovens receberam cadernos de exercícios impressos, o que facilita que eles possam utilizar o celular para assistir aos vídeos, já que não precisam digitar. Outra estratégia para superar as barreiras de acesso à infraestrutura foi que a própria escola comprou roteadores para os estudantes e ajudou a negociar acesso temporário à Internet para todos, além de emprestar seus os laptops. Os professores também ficam disponíveis por uma hora para tirar dúvidas dos estudantes, e enviam *feedbacks* construtivos sobre as atividades enviadas. Caso os estudantes não enviem as atividades, os professores ligam para seus pais para entender o que houve. Isso também ajuda a escola a obter informações sobre as condições familiares no momento, casos de doença etc. A RAF também criou um canal no Youtube e deixou os vídeos disponíveis publicamente para que qualquer pessoa possa utilizá-los. Como forma de acompanhar os estudantes, os professores ligam para eles uma vez por semana, e todos os dias para aqueles considerados mais vulneráveis[35].

34 CROATIAN PRESIDENCY OF THE COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Implications of the novel coronavirus (COVID-19) on education and training: State-of-play in Member States. 2020.

35 SCHOOL EDUCATION GATEWAY. Reach academy Feltham's whole-school, whole-community response to Covid-19. European Toolkit for Schools, 2020.

Um estudo feito com 3.170 professores na Itália, 84% tutores de estudantes com deficiência e 16% professores de classe – alguns desses professores são também coordenadores para inclusão (30%) – concluiu que menos da metade dos estudantes com deficiência das classes dos respondentes estava participando no ensino a distância de uma maneira considerada por eles como boa. Isso porque o ensino se revelou ineficiente (26%), ou não era executável conforme o plano de estudos dos estudantes (10%). Além disso, muitos participantes reportaram conhecerem famílias cujos filhos com deficiência estavam sem acesso à educação a distância por falta de infraestrutura (IANES; BELLACICCO, 2020).

Quanto aos materiais de apoio, em 23% dos casos eles não eram inclusivos. No que diz respeito aos materiais adaptados especificamente para estudantes com deficiência, em 20% dos casos eles não foram disponibilizados. A responsabilidade de adaptar os materiais didáticos ficou em sua grande maioria com os tutores de estudantes com deficiência (92%), sem envolvimento de outras figuras como professores da turma (26%) e estudantes (1%) (IANES; BELLACICCO, 2020).

Muitos professores identificaram que os estudantes com deficiência pioraram seu comportamento (52%) e também sua aprendizagem, autonomia e comunicação (62%). A maioria dos professores declarou que a colaboração com as famílias é muito satisfatória e que está muito conectada com as necessidades específicas de cada estudante quanto ao tipo e severidade da deficiência. O estudo concluiu que, apesar do ensino a distância ter sido implementado de maneira satisfatória em quase todas as turmas, ele excluiu pelo menos um terço dos estudantes com deficiência. Além disso, para alguns estudantes, os materiais acessíveis estavam indisponíveis. Assim, se por um lado a educação a distância tem potencial para informar e empoderar as famílias em práticas educativas, por outro lado há dificuldade em garantir a participação dos estudantes com deficiência em igualdade de condições com os demais, o que reflete um problema tradicional, que, embora demande mudanças estruturais, poderia ser transformado em uma oportunidade para que os professores das turmas aprendessem sobre socialização e aprendizagem de estudantes com deficiência (IANES; BELLACICCO, 2020).

Apesar de não existirem dados confiáveis sobre a realidade brasileira neste momento, existem grandes chances dela repetir o cenário encontrado pelo estudo italiano. Portanto, é preciso cuidado e atenção especiais para garantir que todas as crianças tenham acesso a materiais acessíveis, mantenham contato próximo com as escolas e, assim, se evite a evasão escolar ou um retrocesso na aprendizagem. Porém, em todos os casos, esses fatores e dificuldades deverão ser levados em consideração no momento da retomada das aulas presenciais, criando estratégias de compensação, revisão e retomada do ritmo de estudos e do conteúdo, conforme será visto adiante.

CAPÍTULO 3

REABERTURA DAS ESCOLAS

ASPECTOS DE POLÍTICA PÚBLICA

O processo de reabertura das escolas passou a ser efetivamente considerado pelos gestores públicos de diversos países, conforme os índices de contaminação pelo vírus começaram a regredir. Isso já ocorreu em países como Alemanha, Argentina, Austrália, Bulgária, Canadá, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Hong Kong, Inglaterra, Israel, Itália, Japão, Letônia, Noruega, Nova Zelândia, Portugal e República Tcheca. A decisão por reabrir as escolas deve ser tomada de maneira intersetorial, considerando a importância da garantia do direito à educação e, ao mesmo tempo, da preservação da saúde dos estudantes e de suas famílias[36].

As áreas de educação, saúde, transporte urbano, desenvolvimento social, assistência e direitos das pessoas com deficiência devem trabalhar de maneira articulada para promover políticas eficientes de inclusão dos estudantes com deficiência nas escolas regulares, assegurando seu direito à aprendizagem, sua segurança alimentar e também sua saúde física e mental. Mais do que isso, a articulação intersetorial pode ser um impulso para mudanças positivas e duradouras no sistema educacional[37].

Em geral, os países estabelecem uma diretriz central em termos do que deve ser feito para prevenir que o vírus volte a contaminar um alto número de pessoas, e deixam diferentes graus de autonomia para os estados e municípios e, até mesmo, para as diretorias de ensino e escolas.

As escolas não são apenas ambientes de ensino e aprendizagem, mas também de alimentação, socialização e muitas vezes de suporte emocional para crianças e adolescentes, além de serem essenciais para que os familiares dos estudantes com deficiência possam voltar aos seus trabalhos e assim garantir a renda da casa. Assim, inúmeras variáveis devem ser levadas em consideração ao se ponderar a reabertura das escolas, e os riscos e os benefícios dessa escolha devem ser cuidadosamente avaliados. A decisão, porém, só deve ser feita caso seja seguro, inclusive, para pessoas mais vulneráveis, quando há um risco mínimo de contaminação. Depois de reabertas as escolas, é importante monitorá-las para avaliar os índices de transmissão entre as pessoas que as frequentam.

Nota informativa publicada pela Unesco indica que a retomada das aulas deve considerar os seguintes fatores:

Prontidão do sistema – avaliar a disponibilidade de pessoas, infraestrutura, recursos e capacidade de retomar as funções;

36 FGV. Webinar - Experiências internacionais no contexto de retomada das aulas. Disponível em: https://youtu.be/ADZngj8A1YE. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h15.

37 TODOS PELA EDUCAÇÃO. Nota Técnica: Ensino à distância na educação básica frente à pandemia da COVID-19. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf?1730332266=&utm_source=conteudo-nota&utm_medium=hiperlink-download. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h04.

Continuidade da aprendizagem – assegurar que a aprendizagem seja retomada e continue da forma mais harmoniosa possível após a interrupção; e

Resiliência do sistema – construir e reforçar a preparação do sistema educacional para antecipar, responder e mitigar os efeitos das crises atuais e futuras[38].

Avaliar a resiliência do sistema nesse momento é importante porque o isolamento pode ter impactado a renda de muitas famílias. Dessa maneira, é necessário considerar um aumento do número de alunos matriculados em escolas públicas. Em relação à rede privada, também pode haver a necessidade de reorganização.

O ideal é que, no processo de retomada, os diversos atores (gestores, escolas, professores, estudantes e famílias) tenham voz, desde o planejamento até a execução. A Unesco fala que a reabertura deve começar com **(1) consulta aos atores interessados; (2) coordenação intersetorial; (3) comunicação dos detalhes de como será feito**[39]. Ou seja, o processo de reabertura precisa ser previamente planejado e muito bem comunicado à comunidade escolar, e os protocolos e demais materiais informativos, inclusive, devem ser compartilhados de maneira acessível a todos os tipos de deficiência.

É muito importante que os alunos e suas famílias tenham um canal direto com as escolas para que possam tirar suas dúvidas, resolver suas ansiedades e também planejar as questões mais práticas, tais como os horários de entrada e saída, o material de higiene que precisarão providenciar, o transporte para levar e buscar as crianças, entre outras. Um webinário que ocorreu na Nova Zelândia, país referência no que diz respeito ao controle da epidemia, apontou para o fato de que o diálogo entre escolas, estudantes e famílias ajuda a reduzir a ansiedade e também contribui para pensar previamente sobre possíveis situações específicas e necessidades que não haviam sido consideradas[40].

A experiência dos países que já iniciaram a retomada das aulas pode servir de parâmetro para o que deve ser feito no Brasil. Os documentos internacionais e protocolos dos países pesquisados definiram recomendação que podem ser organizadas em três eixos:

(1) Critérios para o retorno;

(2) Questões sanitárias;

(3) Distanciamento social.

38 UNESCO. COVID-19: Resposta educacional. Nota Informativa: Setor educação. Nota informativa nº 7.1. Abril: 2020, p.2. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373275_por?posInSet=1&queryId=f5e77daf-4788-48e3-8d17-8e13b634dfa6. Acesso em: 11 de junho de 2020 às 10h02, grifos nossos.

39 FGV. Webinar - Experiências internacionais no contexto de retomada das aulas. Disponível em: https://youtu.be/ADZngj8A1YE. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h15.

40 MINISTRY OF EDUCATION. Learning Support Need Webinar. New Zealand, 2020. Disponível em: https://livestream.com/vidcom/moe-learningsupportneedswebinaronwellbeing/videos/206328645?fbclid=IwAR2K7g056T9cVqec3lit7yNDYNyOpQjFHAHL1M-h-dBpTGNVKQB7gDNBZSs. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h15.

CRITÉRIOS PARA O RETORNO

A pesquisa aponta que a volta às aulas não tem acontecido exatamente como era antes. O que acontece é uma retomada gradual, que deve ser planejada cuidadosamente, considerando todos os sujeitos envolvidos, de modo que ninguém seja deixado para trás e de maneira que não discrimine injustamente as crianças com deficiência.

O primeiro critério para o retorno é o estado de saúde. Estudantes, professores e funcionários com sintomas de covid-19, ou que tiverem familiares sintomáticos, diagnosticados ou esperando resultado de testes, devem permanecer em casa. Caso o estudante apresente os sintomas na escola, seus pais devem ser imediatamente contatados para buscá-lo.

Os impactos do fechamento das escolas na curva de contágio são ainda inconclusivos (LANCET CHILD ADOLESC HEALTH, 2020), mas os dados de morte entre crianças e jovens são mais baixos do que nos demais grupos. Apesar de certas crianças e adolescentes com deficiência pertencerem a grupos de risco da covid-19, o laudo médico de deficiência não deve ser aceito como justificativa para que estes estudantes sejam deixados para trás. **É importante esclarecer que não existe correlação automática entre deficiência e risco. A decisão sobre o retorno de tais estudantes deve ser baseada na análise individual de cada caso.** É fundamental que essa análise envolva tanto as famílias, detentoras de informações valiosas sobre o que funciona melhor e quais as necessidades de cada estudante, quanto equipes médicas. Tal reflexão deve envolver questões de risco à saúde e o contexto domiciliar em que o aluno está inserido. Em resumo, sempre que possível e seguro, recomenda-se que as crianças e adolescentes com deficiência voltem às aulas juntamente com os demais estudantes.

Caso o aluno precise de um cuidador, intérprete de língua de sinais ou qualquer outro profissional de apoio, essa pessoa poderá acompanhá-lo na reabertura das escolas, desde que não apresente nenhum sintoma de covid-19.

QUESTÕES SANITÁRIAS

No momento de volta às aulas presenciais, é imprescindível cuidar da preservação da saúde de todos. Por isso, diretrizes de higiene devem ser seguidas à risca, para que se evite expor toda a comunidade ao vírus.

É mandatório melhorar as medidas de higiene, incluindo lavagem das mãos, etiqueta respiratória (ou seja, tossir e espirrar no cotovelo), procedimentos de limpeza de instalações e práticas seguras de preparação de alimentos. Outras condutas de higiene também são importantes, tais como desinfetar superfícies, brinquedos e equipamentos com os quais os estudantes tiverem contato, e disponibilizar materiais de limpeza e higiene nos banheiros. As instalações de água e higiene conformam uma parte crucial das escolas que reabrem com segurança, e devem ser acessíveis a todos os estudantes, inclusive àqueles com deficiência.

As crianças e jovens com deficiência que apresentam dificuldades ou impossibilidade[41] para a execução da lavagem ou desinfecção adequada das mãos precisam receber apoio. Estudantes que fazem uso de cadeiras de rodas e constantemente tocam essas rodas devem lavar as mãos com bastante frequência, além de poderem optar por usar luvas descartáveis e ter sempre álcool em gel à sua disposição. Uma alternativa é utilizar lenços umedecidos antissépticos nas mãos[42]. Além das cadeiras de rodas, outros equipamentos como bengalas, óculos, cadeiras higiênicas, implantes, próteses auditivas e corporais merecem atenção e cuidados de higiene[43].

Protocolos oficiais do poder público devem deixar explícito que é responsabilidade das escolas disponibilizar informação facilmente acessível a toda sua comunidade sobre os cuidados com a higiene. Além da afixação de cartazes, a escola precisa buscar outros meios que garantam o acesso de todos.

Todos os estudantes, professores e funcionários precisam ser treinados sobre a implementação das medidas de higiene.

Também é necessário um cuidado especial com a alimentação, que deve ser preparada seguindo todas as diretrizes de higiene e com atenção especial ao uso de luvas e máscaras. A comida deve ser servida em pequenas porções, e não se deve permitir que crianças ou jovens se sirvam diretamente de buffets.

Quanto ao uso de máscaras, a pesquisa identificou grande diversidade de orientações. A Organização Mundial de Saúde é enfática no sentido de que as máscaras só devem ser usadas como parte de uma estratégia abrangente na luta contra a covid-19 e que as máscaras, por conta própria, não nos protegem da doença[44]. As recomendações quanto ao uso de máscaras nas escolas podem ser agrupadas em três categorias. O infográfico a seguir ilustra a relação entre as três categorias e os países contemplados pela pesquisa que publicaram recomendações específicas sobre o tema:

41 NATIONAL BOARD OF HEALTH. COVID-19: Prevenção de contágio. Dinamarca, 2020.

42 OBERG, Anthony. COVID-19 & Disability: Precautions for People in Wheelchairs. American Association on Health and Disability. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s-mNLPMSzy1U&list=PLw8fXs3gMADVp-v6pWI45kmPPY9kQhtAkq&index=3. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h22.

43 As partes de metal da cadeira de rodas devem ser limpas com frequência. Sempre use luvas ao limpá-las. Não utilize alvejantes (água sanitária) porque podem danificar suas partes de plástico.

44 GHEBREYESUS, Tedros Adhanom. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 5 June 2020. Organização Mundial de Saúde, 2020. Disponível em: https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on--covid-19---5-june-2020. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h03.

Necessidade do uso de máscara nas escolas

USO OBRIGATÓRIO

Nesses casos, as máscaras devem ser disponibilizadas gratuitamente nas escolas para todos os estudantes, que devem ser orientados sobre o bom uso do equipamento, com recomendações expressas, tais como: colocar apenas com as mãos limpas, não tocar o rosto durante o uso e trocar sempre que as máscaras estiverem úmidas.

- China
- Coreia do Sul
- França
- Japão
- Portugal
- Taiwan

USO RECOMENDADO EM CERTAS OCASIÕES

As recomendações feitas por esses países são heterogêneas. O uso das máscaras é previsto nos casos de: impossibilidade do distanciamento social, observação de sintomas da covid-19 e pertencimento a grupos de risco. A Dinamarca, por exemplo, indica que a viseira ou máscara facial deve ser usada quando as tarefas da equipe envolvem contatos face a face prolongados ou frequentes, o que pode ocorrer, por exemplo, na relação entre estudantes com deficiência e seus profissionais de apoio.

- Alemanha
- Áustria
- Dinamarca
- Espanha
- Estados Unidos

USO DESNECESSÁRIO

Aparentemente, os países em que os índices de contaminação estavam baixos optaram por não indicar o uso.

- Austrália
- Escócia
- Inglaterra
- Noruega
- Nova Zelândia
- Singapura

Quanto aos estudantes com deficiência, recomenda-se uma avaliação individualizada sobre a necessidade do uso de máscara. Algumas situações ilustram essa complexidade. A primeira delas é que o uso de máscaras prejudica a socialização de alunos com deficiência auditiva, especialmente aqueles que praticam a leitura labial ou se comunicam por língua de sinais[45]. Nesses casos, uma possível solução é adotar o uso de máscaras transparentes, de preferência em toda a escola. Caso isso não seja possível, será necessário flexibilizar o uso para esses estudantes, seus professores e colegas de classe em algumas ocasiões, mantendo o distanciamento social indicado. O mesmo se aplica aos intérpretes de Língua de sinais.

Alguns estudantes com deficiência ou transtornos do espectro do autismo podem apresentar maior dificuldade para tolerar o uso da máscara.

Crianças menores que dois anos, ou que fazem uso de chupeta, bem como pessoas que tenham movimentos dos membros superiores reduzidos e que não conseguem remover a máscara sozinhas quando necessário, não devem ser obrigadas ao uso de máscaras, uma vez que há risco de sufocamento.

Por fim, é importante ressaltar que os profissionais de apoio aos estudantes com deficiência devem fazer uso de máscaras a todo o momento, reiterando a necessidade de máscaras transparentes para os intérpretes de língua de sinais, comentada anteriormente. As máscaras e outros eventuais equipamentos de proteção deverão ser trocados toda e cada vez que o profissional for atender um novo estudante, e o procedimento de higiene deve ser realizado novamente.

DISTANCIAMENTO SOCIAL

A estratégia mais comum recomendada pelos protocolos analisados na pesquisa é a manutenção de uma distância mínima entre as pessoas, que varia de 1 a 2 metros. Essa diretriz é adotada pela OMS, que considera as medidas de distanciamento social a principal forma de reduzir a disseminação do novo coronavírus.

De acordo com o Unicef, a reabertura das escolas precisa prever o distanciamento social como forma de proteger os estudantes, seus familiares, professores e demais profissionais da escola. As recomendações são:

(1) escalonar os horários de início e fim do dia escolar para evitar aglomerações;

(2) reduzir o tamanho das turmas e alocá-las em diferentes turnos;

(3) mover as aulas para espaços ao ar livre, sempre que possível;

(4) alternar horários de refeições[46].

45 A comunicação por meio da língua de sinais envolve o uso de expressões faciais.

46 UNICEF. What will a return to school during the COVID-19 pandemic look like? What parents need to know about school reopening in the age of coronavirus. Disponível em: https://www.unicef.org/coronavirus/what-will-return-school-during-covid-19-pandemic-look. Acesso em: em 17 de junho de 2020 às 17h00.

Outra recomendação que vem sendo adotada por diversos países é o retorno gradual por séries, visando evitar aglomerações e permitir que as turmas sejam menores nas primeiras fases da retomada.

Alguns países, como Dinamarca e Noruega, optaram por começar o retorno às aulas presenciais pelas crianças menores que estão nas creches ou pré-escolas, já que elas têm mais dificuldades em aderir ao ensino à distância. Outros optaram por começar pelas séries que irão prestar exames de mudança de ciclo ou ingresso no ensino superior, que foi o caso da China[47]. Houve aqueles que autorizaram o retorno de todas as séries, mas reduzindo o tempo de frequência na escola. Nesse caso, o aluno vai para a instituição de ensino uma ou duas vezes por semana, ou todos os dias por um tempo reduzido.

Os profissionais de apoio aos estudantes com deficiência podem e devem fazer o atendimento de todas as necessidades das crianças e adolescentes. Conforme comentado nos tópicos anteriores, a recomendação é que o profissional não apresente nenhum dos sintomas causados pela covid-19 e siga as rotinas de higiene. Além disso, ele deve ser contabilizado no tamanho limite das turmas, e manter o distanciamento social em relação aos demais alunos, professores e demais funcionários da escola.

Alinhados às diretrizes do UNICEF citadas acima, alguns protocolos consultados também recomendam que as escolas planejem a entrada e saída dos estudantes em horários diferentes, buscando assim evitar aglomeração.

Caso haja necessidade da entrada dos pais da criança na escola, é necessário que eles sigam todas as condutas de higiene previstas.

O distanciamento social é também recomendado para o transporte dos estudantes. Nesse sentido, é importante oferecer meios de transportes que evitem aglomerações e sejam acessíveis a pessoas com deficiência.

Cabe ressaltar que, assim como no caso das questões sanitárias, todos os estudantes, professores e demais profissionais da escola precisam realizar treinamento sobre a implementação das medidas de distanciamento social.

As páginas a seguir sintetizam algumas decisões tomadas por diferentes países quanto às políticas públicas exploradas anteriormente:

47 Para ter acesso aos protocolos internacionais completos, acesse o link www.institutorodrigomendes.org.br/protocolos-covid19.

Alemanha

ESTRATÉGIA

- As aulas ocorrem em uma grade horária reduzida.
- Apenas uma parte dos alunos por dia pode frequentar a escola para obter instruções em sala de aula.
- Os alunos das séries 1, 2, 7, 8 e 9 terão a oportunidade de compensar as desvantagens de aprendizagem em grupos de até oito pessoas nas escolas de verão que surgiram durante o fechamento das escolas relacionadas ao coronavírus. A oferta compreende 15 aulas semanais e concentra-se nas principais disciplinas de alemão, matemática e inglês. O registro é obrigatório até 12 de junho.*

CRITÉRIO PARA O TAMANHO DAS TURMAS

- Até 10 pessoas.

OBSERVAÇÕES SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

- Não há informação.

Dinamarca

ESTRATÉGIA

- Começou a reabertura pelas creches e pré-escolas, porque as crianças nessa idade têm menos adesão ao ensino a distância.
- Nas creches, as atividades podem ser organizadas com um número fixo de alunos e funcionários por grupo.
- Áreas recreativas podem ser usadas nas escolas, com poucas classes de cada vez e separadas por áreas.
- É fundamental que a sala de aula seja o ponto de partida para a vida cotidiana das crianças e que haja adultos conhecidos permanentes ao redor das crianças.

CRITÉRIO PARA O TAMANHO DAS TURMAS

- Grupos de até 10 pessoas.

OBSERVAÇÕES SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

- Em um primeiro momento, os estudantes com deficiência ficaram em casa por terem sido considerados grupo de alto risco.**

*Não explica qual o critério para escolher essas turmas.

**Informado por Stig Langvad, que também considera que essa estratégia viola os direitos humanos das crianças e adolescentes com deficiência por presumir que representam grupo de risco, independentemente do tipo e severidade da deficiência.

Escócia

ESTRATÉGIA

- Escolas só irão voltar em agosto, uma semana antes do fim das férias escolares de verão.
- Os estudantes vulneráveis terão aulas durante as férias de verão.
- Crianças vão se sentar com dois metros de distância entre si.
- Uma vez que a maior parte dos estudantes só terá metade do tempo das aulas presenciais, será mantida a aprendizagem em casa no restante do tempo. O tempo na escola aumentará assim que for seguro fazê-lo.

CRITÉRIO PARA O TAMANHO DAS TURMAS

- O tamanho das turmas será reduzido significativamente (divididas em duas ou três). Não explicita o número de pessoas por grupo.

OBSERVAÇÕES SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

- Crianças com dificuldades de aprendizagem terão aulas durante o verão para retomar a aprendizagem.
- Crianças que apresentem alto risco de sintomas graves da covid-19 deverão ficar em casa.

Espanha

ESTRATÉGIA

- As famílias só podem entrar no prédio da escola em caso de necessidade ou indicação do corpo docente ou da equipe de gestão, sempre cumprindo as medidas de prevenção e higiene.
- A distância interpessoal mínima será de 2 metros.
- As pessoas deverão dar preferência ao uso das escadas.
- O deslocamento de grupos de estudantes pelo centro de ensino será reduzido ao mínimo. Assim, quem irá trocar de sala serão os professores e não os alunos.
- As saídas e entradas das salas de aula serão organizadas de maneira escalonada e deverão respeitar a distância de 2 metros entre as pessoas.
- Geralmente, o uso de luvas não é recomendado, mas deverão ser usadas nos casos de tarefas de manuseio de alimentos, troca de fraldas e limpeza.
- No caso de não ser possível garantir uma distância interpessoal de 2 metros, deve-se usar máscara.

CRITÉRIO PARA O TAMANHO DAS TURMAS

- Um tamanho que possibilite a distância de 2 metros entre os estudantes.

OBSERVAÇÕES SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

- Estudantes com condições de saúde que os tornam mais vulneráveis à covid-19 (como doenças cardiovasculares, diabetes, doenças pulmonares crônicas, câncer, imunossupressão ou pressão alta), podem frequentar o centro, desde que sua condição clínica seja controlada e permitida, e mantendo rigorosamente as medidas de proteção.
- Não existem informações específicas sobre crianças com deficiência.

França

ESTRATÉGIA

- A volta às aulas em um primeiro momento é facultativa e só será obrigatória a partir de 15 de julho.
- Adotará distância física de um metro entre cada pessoa.
- As escolas deverão se organizar para que o distanciamento social seja respeitado em todos os contextos e espaços (chegada e saída, recreação, corredores, playground coberto etc).
- As escolas e creches serão reabertas gradualmente, independentemente da idade, respeitando as diretrizes de saúde.
- Usar máscara é obrigatório em todas as situações em que as regras de distanciamento não sejam respeitadas.

CRITÉRIO PARA O TAMANHO DAS TURMAS

- 15 estudantes por turma (escolas primárias, escolas secundárias, faculdades).
- 10 estudantes no jardim de infância.

OBSERVAÇÕES SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

- Podem voltar às aulas ao mesmo tempo que os outros alunos, de forma voluntária e beneficiando-se de medidas de proteção apropriadas.
- Os funcionários que trabalham com crianças mais novas ou alunos com necessidades específicas deverão usar máscaras (durante as aulas e intervalos).
- Deve ser dada atenção especial para ensinar as medidas de higiene para os estudantes com deficiência. Eles também deverão poder contar com apoio, quando apropriado, de cuidador ou tutor.

Inglaterra

ESTRATÉGIA

- Manteve o atendimento presencial nas escolas para filhos de trabalhadores essenciais e estudantes mais vulneráveis. São considerados vulneráveis aqueles em situação de vulnerabilidade econômica, que estejam sob proteção do Estado ou que tenham necessidades de aprendizagem com planos específicos.
- Os demais irão voltar depois das férias de verão, em agosto/setembro.

CRITÉRIO PARA O TAMANHO DAS TURMAS

- Não há informação.

OBSERVAÇÕES SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

- Terão aulas ao longo das férias de verão para retomar os estudos e ter atendimento das terapias necessárias.

Noruega

ESTRATÉGIA

- Para crianças do jardim de infância, onde é difícil regular a distância entre os estudantes, a medida mais importante será limitar o número de contatos próximos a cada criança e equipe, por exemplo, com pequenos grupos e funcionários permanentes para cada grupo.
- No caso de falta de espaço físico na escola, dias alternados, diferentes horários de atendimento e salas alternativas podem ser introduzidos.

CRITÉRIO PARA O TAMANHO DAS TURMAS

- 15 crianças na creche e 10 crianças na pré-escola.
- Para as turmas 1 a 7, até 15 crianças.
- Para as turmas 8 a 10 (Ensino Fundamental), turmas de menos de 20 estudantes, mantendo um metro de distância entre eles em todas as situações.

OBSERVAÇÕES SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

- Serviços especiais (cuidadores, tutores, intérpretes) devem seguir as rotinas básicas de controle de infecção de acordo com as recomendações atuais (boa higiene das mãos e da tosse, não aparecem em caso de doença etc.), mas podem executar seu trabalho normalmente.
- Se houver necessidade de intérprete ou similar, eles também devem manter a distância social dos demais.

Nova Zelândia

ESTRATÉGIA

- As escolas e os serviços de aprendizagem da primeira infância estão abertos para todos no Nível 2 de Alerta. Medidas adicionais de saúde pública estão em vigor.
- Considera importante que todas as crianças possam ir à escola e retomar a aprendizagem o quanto antes.
- A maioria das escolas está organizando um retorno em etapas ao aprendizado no local, mantendo as opções de ensino à distância.
- Todas as crianças e jovens podem voltar às aulas. Isso inclui estudantes de escolas especiais residenciais, escolas especiais diurnas e unidades de satélite. As únicas exceções são crianças ou jovens doentes, com sintomas de covid-19, isolados ou aguardando o resultado de um teste.

CRITÉRIO PARA O TAMANHO DAS TURMAS

- Cada escola irá determinar.

OBSERVAÇÕES SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

- O ensino a distância estará disponível para aqueles que precisam permanecer em casa e a equipe do Ministério continuará a apoiar as crianças com necessidades de apoio à aprendizagem, nos casos em que elas precisam permanecer em casa por estarem no grupo de alto risco para covid-19. Estudantes e pais com alguma dúvida sobre ensino a distância devem entrar em contato com a escola.
- Crianças com deficiência que não forem grupo de risco podem retornar às aulas normalmente.

Portugal

ESTRATÉGIA

- Iniciou a abertura pela educação pré-escolar.

Os estudantes devem ser organizados em grupos e manter essa organização ao longo de todo período que permanecem na escola. Esse grupo deve ter, na medida do possível, horários de aulas, intervalos e refeições organizados de forma a evitar o contato com outros grupos.

- Os professores, funcionários e estudantes devem respeitar as regras de segurança e de distanciamento físico de 2 metros.
- Será obrigatório o uso de máscaras em tempo integral e por todos os estudantes, professores e funcionários.

CRITÉRIO PARA O TAMANHO DAS TURMAS

- Salas de no máximo 10 pessoas, entre adultos e crianças.

OBSERVAÇÕES SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

- Pessoas com deficiência continuarão em isolamento por serem grupo de risco*.

*O protocolo fala do assunto genericamente, mas é possível que crianças com deficiência que não sejam consideradas grupos de risco possam voltar.

Singapura

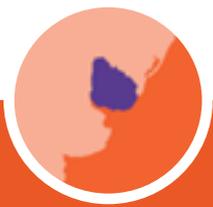
ESTRATÉGIA

- Escolas vão medir a temperatura dos alunos na entrada.
- Todos os alunos deverão usar máscaras.
- O horário de entrada e saída dos alunos será escalonado para evitar aglomerações.
- Os alunos terão assentos fixos e a distância será de 1,5 m entre eles.
- A volta às aulas foi escalonada por séries.

CRITÉRIO PARA O TAMANHO DAS TURMAS

- Não há informação.

OBSERVAÇÕES SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

- As escolas especiais irão abrir em data posterior 02 de junho de 2020.

Uruguai

ESTRATÉGIA

- Começou o retorno pela educação rural em todo o país e em todas as modalidades, incluindo o ensino médio.
- As escolas que atendem estudantes com vulnerabilidade educacional e social específica foram reabertas em todo o país, exceto Montevidéu e região metropolitana, devido ao maior número de casos.
- Também será reaberto o último ano do ensino médio (bacharelado), exceto Montevidéu e região metropolitana.
- Deverá ser respeitada a distância de dois metros entre as pessoas.

CRITÉRIO PARA O TAMANHO DAS TURMAS

- Turmas de até 10 estudantes.

OBSERVAÇÕES SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

- É permitida a abertura de escolas de educação especial em todo o país, que serão implementadas gradualmente de acordo com as características de cada centro.

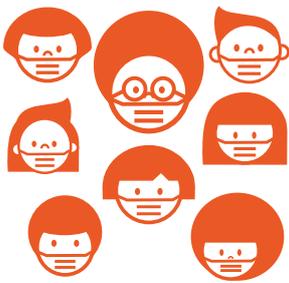
SÍNTESE DAS RECOMENDAÇÕES:

Se estiver doente com quaisquer sintomas de covid-19

Fique em casa

Se for para a escola

Lave bem as mãos com frequência

Evite aglomerações

Prefira turmas menores

ASPECTOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A volta às aulas presenciais depois de um longo período de isolamento social é um evento complexo. Os estudantes vêm de diferentes contextos, desde aquelas crianças que dedicaram muitas horas à sua aprendizagem, tendo recebido apoio personalizado e acesso a diferentes materiais didáticos, até aquelas que não tiveram nenhuma oportunidade de estudo durante esse tempo, devido à falta de condições de infraestrutura, familiares ou até mesmo psíquicas. Essas lacunas de aprendizagem devem ser endereçadas na volta às aulas, evitando que os alunos se desmotivem.

Em relação aos estudantes com deficiência, o primeiro aspecto a ser considerado é uma produção consistente de dados empíricos[48]. As decisões baseadas em dados são mais estratégicas. É importante conhecer como foi a realidade desses alunos durante o isolamento, os atrasos na aprendizagem e demais impactos. Assim, os dados servem de parâmetro para o desenvolvimento das políticas públicas de inclusão.

48 NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO. Acessibilidade e Tecnologias: um panorama sobre acesso e uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina. 1. Ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20200528104403/estudos-setoriais-acessibilidade-e-tecnologias.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18h52.

No momento de retorno, é necessário acompanhar a presença e assiduidade das crianças no ambiente escolar. As instituições de ensino devem entrar em contato com os pais dos estudantes que não estiverem comparecendo às aulas. Diante da eventual perda de renda das famílias e a interrupção brusca dos estudos, é possível que os números de evasão escolar aumentem consideravelmente. Um diagnóstico precoce e uma busca ativa podem garantir que muitos alunos retomem seu vínculo com a escola.

Depois, as escolas devem fazer o diagnóstico da situação de aprendizagem de cada um de seus alunos e desenvolver estratégias para acomodar as diferentes necessidades. Antes de introduzir novos conteúdos curriculares, o guia publicado pela OCDE (2020) menciona que as escolas devem fazer uma revisão intensiva dos conteúdos que deveriam ter sido aprendidos durante o período de isolamento social.

A Nota Informativa da Unesco também aborda essa temática, e recomenda uma série de estratégias e ações para lidar com a diferença de contextos educacionais durante o isolamento e as possíveis lacunas de aprendizagem entre os estudantes. Algumas das recomendações são:

(1) garantir uma transição suave do ensino a distância que ocorreu durante o isolamento para a volta às aulas presenciais;

(2) escolher os principais objetivos de aprendizagem para o ano letivo e ajustar o currículo, adotando abordagens mais práticas, tais como a aprendizagem baseada em projetos;

(3) reorganizar o calendário escolar com base nas prioridades curriculares de cada nível de ensino;

(4) implementar programas direcionados a alunos que necessitam de recuperação ou aceleração da aprendizagem;

(5) adaptar o calendário e o conteúdo de avaliações com base no diagnóstico da aprendizagem após a volta à escola;

(6) garantir, de forma flexível, apoio profissional e formação aos professores que precisam adaptar suas abordagens didático-pedagógicas;

(7) formar professores e estudantes em abordagens alternativas de ensino e aprendizagem antes, durante e após a crise, em consulta e parceria com instituições de formação docente;

(8) identificar estratégias e intervenções para lidar com as lacunas de aprendizagem, especialmente entre os grupos vulneráveis, e para mitigar desigualdades que possam ter sido criadas ou agravadas durante o confinamento. Isso pode incluir ensino complementar, tutoria e atividades de aprendizagem extracurriculares e não formais;

(9) determinar o que avaliar e como avaliar;

(10) priorizar o foco em exames e avaliações de alto impacto, como o SISU, ENEM, etc[49].

49 UNESCO. COVID-19: Resposta educacional. Nota Informativa: Setor educação. Nota informativa nº 7.1. Abril: 2020, p.2. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373275_por?posInSet=1&queryId=f5e77daf-4788-48e3-8d17-8e13b634dfa6. Acesso em: 11 de junho de 2020 às 10h02.

O protocolo de reabertura da Escócia sugere um modelo de aprendizagem mista (*blended learning*), ou seja, parte das aulas acontecem de maneira presencial e o restante segue sendo transmitida a distância. Isso inclui a consideração das necessidades específicas de crianças e jovens com deficiência e outras famílias que precisam de apoio. Ele também menciona que o plano de reabertura deve apresentar as seguintes características:

SER SEGURO

(1) Proteger a saúde física, emocional, mental e o bem-estar das crianças e adolescentes (isso inclui danos indiretos através de efeitos sociais e econômicos).

SER JUSTO E ÉTICO

(2) Garantir que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de obter sucesso através da combinação de aprendizagem na escola e em casa, com foco especial nas lacunas dos mais vulneráveis causadas por situação de pobreza

(3) Ser capaz de priorizar os estudantes em pontos-chave e/ou com necessidades especiais (estudantes com deficiência).

SER CLARO

(4) Deve ser de fácil entendimento, de forma a garantir a confiança dos pais, funcionários e jovens para que possam se planejar com antecedência.

SER REALISTA

(5) As opções do plano de retorno devem ser viáveis e eficazes no nível em que são aplicadas.

O Unicef recomenda que sejam ministradas aulas de recuperação para estudantes que eventualmente tenham tido dificuldades durante o isolamento social e vislumbra a mencionada possibilidade de aprendizagem mista:

Dada a possibilidade de muitas escolas não abrirem em período integral ou para todas as séries, as escolas podem implementar modelos de ‘aprendizado combinado’, uma mistura de instrução em sala de aula e educação a distância (auto-estudo por meio de exercícios em casa, rádio, TV ou aprendizado on-line)[50].

Ainda, é possível realizar aulas de recuperação para crianças mais vulneráveis durante as férias (CULLINANE; MONTACUTE, 2020).

Outra alternativa para a recuperação do tempo perdido no isolamento é aumentar o tempo de aula, estendendo horas de estudo nas semanas das escolares regulares. Um estudo da London School of Economics estimou que seriam necessárias mais de duas horas adicionais por semana por um ano para compensar cada semana

50 UNICEF. What will a return to school during the COVID-19 pandemic look like? What parents need to know about school reopening in the age of coronavirus. Disponível em: https://www.unicef.org/coronavirus/what-will-return-school-during-covid-19-pandemic-look. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h00.

perdida devido ao isolamento causado pela covid-19 (EYLES; GIBBONS; MONTEBRUNO, 2020). Alguns países estão adotando a estratégia de manter a instrução online nesse tempo adicional.

As aulas de revisão e recuperação de conteúdo são especialmente relevantes para os estudantes com deficiência intelectual. Além disso, é importante lembrar que todas as atividades diretamente voltadas à inclusão escolar, o planejamento, a oferta de material didático acessível, a disponibilização de cuidadores, intérpretes de língua de sinais e outros profissionais de apoio devem ser retomadas e fortalecidas na volta às aulas presenciais. Ademais, evidências apontam que envolver as famílias nas decisões, inclusive os próprios estudantes com deficiência, pode ser útil para desenvolver maneiras mais inclusivas de trabalhar[51].

O Reino Unido cancelou todos os exames e avaliações importantes para garantir que as escolas possam se focar no atendimento às crianças mais vulneráveis e aos filhos dos trabalhadores essenciais[52]. A pressão por transmissão de conteúdo gerada por exames classificatórios pode aprofundar ainda mais as diferenças e injustiças em relação aos estudantes que não tiveram os melhores contextos de ensino e aprendizagem durante o isolamento social. Por isso, é interessante que se considere a possibilidade de adiar essas provas, oportunizando que as escolas tenham tempo para retomar o conteúdo com todos os estudantes, inclusive utilizando o período das férias de verão se necessário.

Apesar de todos esses documentos mencionados trazerem diferentes abordagens, a ideia geral segue o mesmo sentido. Todos vivemos uma pandemia sem precedentes na história, que deixará consequências para os estudantes no curto, médio e longo prazo. Para os alunos mais vulneráveis, essas consequências podem ser ainda mais graves. Portanto, é necessário que o retorno leve em consideração a ansiedade envolvida nesse processo, a saúde mental de todos, e que se faça uma retomada sutil, gradual e respeitosa.

A volta às aulas presenciais é uma oportunidade para reavaliarmos os princípios que estruturam o ensino, abrirmos mão de uma postura conteudista e perseguirmos objetivos de aprendizagem individualizados, contextualizados e inclusivos. É mais importante preservar os estudantes, entender as lacunas de aprendizagem e superá-las, por meio de estratégias de reforço, revisão e tutoria, do que sobrecarregá-los com excesso de conteúdo em nome de “recuperar o tempo perdido” em um momento tão sensível.

51 AINSCOW, Mel. Promoting inclusion and equity in education: lessons from international experiences. Nordic Journal of Studies in Educational Policy. Vol 6, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/20020317.2020.1729587. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h00.

52 REINO UNIDO, Governo do. Coronavirus (COVID-19): cancellation of GCSEs, AS and A levels in 2020. Disponível em: https://www.gov.uk/government/publications/coronavirus-covid-19-cancellation-of-gcses-as-and-a-levels-in-2020/coronavirus-covid-19-cancellation-of-gcses-as-and-a-levels-in-2020. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h09.

CONCLUSÃO

A pandemia mundial causada pela covid-19 tem gerado profundos impactos em todas as esferas da sociedade. É comum que, em contextos emergenciais como o atual, grupos mais vulneráveis, como as pessoas com deficiência, sejam mais afetados. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, 15% da população do mundo tem alguma deficiência. Isso corresponde a mais de 1 bilhão de pessoas no planeta.

A pesquisa sintetizada por este relatório adotou como fonte de informações uma rede de 45 especialistas estrangeiros, protocolos de 23 países, bem como diversos documentos de organismos internacionais, todos relacionados à educação inclusiva durante o período da pandemia. Seu objetivo é contribuir com os gestores responsáveis por planejar e implementar políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação de tais pessoas. Isso envolve ações relacionadas ao período de isolamento social, assim como à fase de reabertura das escolas.

O Brasil é um país com dimensões continentais, historicamente marcado por graves níveis de desigualdade social. Ainda assim, a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação atingiu um patamar histórico nas redes de ensino do país. De acordo com o Censo Escolar dos últimos dois anos, mais de 90% de alunas e alunos desse segmento, matriculados na Educação Básica, estavam estudando em salas de aula inclusivas, desfrutando do convívio com o restante dos estudantes. Essa estatística é considerada extremamente avançada, mesmo quando comparada a redes de ensino de países que se destacam mundialmente no campo da equidade. Portanto, no contexto da pandemia, é importante assegurarmos a manutenção desses índices de inclusão e buscarmos estratégias para seguirmos avançando na construção de uma educação para todos.

As políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência sempre envolveram importantes interseções e tensões entre as áreas da Educação e da Saúde. Em tempos de pandemia e isolamento social, tais relações tornam-se ainda mais intensas, e demandam um olhar intersetorial e conciliador por parte dos gestores.

O primeiro capítulo do relatório explora o amplo conjunto de direitos que devem ser garantidos às pessoas com deficiência, independentemente da gravidade do momento que enfrentamos. Esse conjunto envolve o direito à informação, à saúde e à educação. Além disso, o relatório ressaltou a importância da continuidade do ensino formal, já que interrupções podem causar retrocessos na aprendizagem.

O segundo capítulo do documento aprofunda as considerações acerca da educação dos estudantes com deficiência durante o período de isolamento social. Nesse sentido, recomenda-se que seja mantido

o vínculo das escolas com as famílias e um acompanhamento próximo do desenvolvimento dos alunos. Educadores, professores do Atendimento Educacional Especializado e gestores escolares precisam continuar a trabalhar juntos para promover uma educação inclusiva, especialmente quando são adotados modelos de ensino a distância. Todos os materiais de aula e de apoio devem ser acessíveis aos estudantes com deficiência e pensados segundo suas especificidades. A construção de um ensino online inclusivo pode ser uma grande oportunidade de reconstrução das maneiras de ensinar e aprender.

Em seu terceiro capítulo, o relatório descreve as recomendações oferecidas pelos protocolos internacionais sobre a reabertura das escolas. As políticas públicas por eles mencionadas foram divididas em três eixos principais: **(1)** critérios de retorno; **(2)** questões sanitárias; e **(3)** distanciamento social. Quanto ao primeiro eixo, a pesquisa aponta que houve uma diversidade de posições quanto ao retorno dos estudantes com deficiência às instituições de ensino. Especialistas estrangeiros consultados consideram que, apesar de certas crianças e adolescentes com deficiência pertencerem a grupos de risco da covid-19, o laudo médico de deficiência não deve ser aceito como justificativa para que esses estudantes sejam deixados para trás. **É importante esclarecer que não existe correlação automática entre deficiência e risco.** Outros critérios que porventura impeçam o retorno devem estar associados a eventuais comorbidades que tornem aquela criança ou adolescente parte do grupo de risco. A análise deve ser feita caso a caso, e a decisão, envolver as escolas, a equipe médica, as famílias e os estudantes. Não poderão voltar estudantes, professores e funcionários com sintomas de covid-19 ou que tiverem familiares sintomáticos, diagnosticados ou esperando resultado de testes. No caso de alunos impedidos de retornar à escola, é necessário que sejam estabelecidas medidas que assegurem a continuidade de sua aprendizagem e sua socialização com professores e colegas. No segundo eixo, o relatório apresentou as principais medidas de higiene que vêm sendo adotadas ao redor do mundo, tais como lavar bem as mãos, desinfetar superfícies e usar máscaras. Todos os cuidadores, intérpretes de língua de sinais e outros profissionais de apoio aos estudantes com deficiência podem também retornar, desde que sigam as medidas de higiene pré-estabelecidas. Já no terceiro eixo, a pesquisa aponta que o distanciamento social foi adotado por muitos países. Nesse sentido, as principais estratégias foram redução do tamanho das turmas, escalonamento de horários de entrada e saída, e restrição a aglomerações. Cabe citar que os referidos profissionais devem ser contabilizados no processo de redimensionamento das turmas.

Quanto aos aspectos de ensino e aprendizagem no período de reabertura das escolas, o relatório aborda a necessidade de monitoramento da presença e da assiduidade dos estudantes com deficiência, visando evitar um aumento da evasão escolar. A pesquisa também aponta que é importante fazer uma avaliação diagnóstica de como foi a aprendizagem durante o isolamento e,

a partir dos resultados, criar diferentes estratégias para reduzir eventuais defasagens. Dentre elas estão aulas de reforço no contraturno, medidas de aprendizagem a distância, aulas extras em períodos de férias escolares e acompanhamento individualizado dos alunos com deficiência.

A pesquisa nos leva a concluir que políticas públicas voltadas à educação de pessoas com deficiência durante o período da pandemia da covid-19 precisam considerar que, independentemente da complexidade do momento em que vivemos, a preservação do direito à educação deve ser a premissa prioritária para a criação de quaisquer medidas e procedimentos. Gestores públicos, diretores de escolas e educadores têm o papel de cuidar para que os estudantes com deficiência não sejam excluídos, desmotivados ou deixem de estudar. É responsabilidade de todos prevenir contra consequências discriminatórias e de aprofundamento das desigualdades. Por outro lado, podemos estar diante da oportunidade de formar cidadãos mais críticos, empáticos e capazes de serem protagonistas no processo de construção de uma sociedade regida pela equidade.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Promoting inclusion and equity in education: lessons from international experiences. Nordic Journal of Studies in Educational Policy, vol. 6, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/20020317.2020.1729587. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h00.

BEYOND WORDS: EMPOWERING PEOPLE THROUGH PICTURES. Good Days and Bad Days During Lockdown. 2020.

BONELL, Chris *et al*. School closure and management practices during coronavirus outbreaks including COVID-19: a rapid systematic review. Lancet Child Adolesc Health, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/S2352-4642(20)30095-X. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18h59.

CENTER ON ONLINE LEARNING AND STUDENTS WITH DISABILITIES. Equity matters: Digital & online learning for students with disabilities. Lawrence, KS. 2016. Disponível em: http://www.centerononlinelearning.res.ku.edu/wp-content/uploads/2017/04/EquityMatters2016Final.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18h51.

CICERO, Anita *et al*. Filling in the Blanks: National Research Needs to Guide Decisions about Reopening Schools in the United States. Johns Hopkins University, 2020. Disponível em: https://www.centerforhealthsecurity.org/our-work/pubs_archive/pubs-pdfs/2020/200515-reopening-schools.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18h58.

CROATIAN PRESIDENCY OF THE COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Implications of the novel coronavirus (COVID-19) on education and training: State-of-play in Member States. 2020.

CULLINANE, Carl; MONTACUTE, Rebecca. COVID-19 and Social Mobility Impact Brief #1: School Shutdown. The Sutton Trust. Abril, 2020.

D'ALESSIO, Simona. Presentation - Inclusive Education in a time of a pandemic emergency. 2020.

DEVANDAS, Catalina. COVID-19: Who is protecting the people with disabilities? – UN rights expert. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25725&LangID=E. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 15h48. Trad. Sassaki, Romeu Kazumi. Covid-19: Quem protege as pessoas com deficiência?. Portal Diversa, 2020. Disponível em: https://diversa.org.br/artigos/covid-19-quem-protege-pessoas-com-deficiencia/.

ESCÓCIA, Governo da. Excellence and Equity During the COVID-19 Pandemic – A Strategic Framework for Reopening Schools, Early Learning and Childcare Provision in Scotland. 2020. Disponível em: https://www.gov.scot/publications/excellent-equity-during-covid-19-pandemic-strategic-framework-reopening-schools-early-learning-childcare-provision-scotland/. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18h53.

ESPANHA, Governo da. Medidas de Prevención e Higiene frente à COVID-19 para la reapertura parcial de centros educativos en el curso 2019-2020. Disponível em:

https://www.educacionyfp.gob.es/dam/jcr:52e023fd-339f-48af-96f1-ddd6ad77c4fd/20200514-medidas-sanitarias-para-reapertura-centros-fase-2-final.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18h54.

EYLES, Andy; GIBBONS Stephen; MONTEBRUNO, Piero. Covid-19 school shutdowns: What will they do to our children's education?. Center for Economic Performance. London School of Economics and Political Science, 2020.

GHEBREYESUS, Tedros Adhanom.WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 5 June 2020. Organização Mundial de Saúde, 2020. Disponível em: https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---5-june-2020. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h03.

IANES, Dario; Bellacicco, Rosa. Distance teaching and the inclusion of students with disabilities in Italy: a first look. Free University of Bozen, Italy, 2020.

INTERNATIONAL DISABILITY ALLIANCE. COVID 19 and the disability movement. 2020. Disponível em: http://www.internationaldisabilityalliance.org/content/covid-19-and-disability-movement. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18h54.

LITTLEFIELD, Tyler. Accessible COVID-19 statistics tracker. Disponível em: https://cvstats.net. Acesso em: 18 de junho de 2020 às 09h03.

MENDES, Rodrigo Hubner. Covid-19: Ensino a distância precisa almejar equidade. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-mendes/2020/04/03/covid-19-ensino-a-distancia-precisa-almejar-a-inclusao.htm. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 15h41.

MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE ET DE LA JEUNESSE. Protocole Sanitaire - Guide Relatif aux écoles maternelles et élémentaires. França, 2020. Disponível em: https://www.gouvernement.fr/sites/default/files/guide_relatif_a_la_reouverture_et_au_fonctionnement_des_ecoles_maternelles_et_elementaires.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18h54.

MINISTRY OF EDUCATION. Disposições para escolas e institutos de ensino superior no final do *lockdown*. Singapura, 2020. Disponível em: https://www.moe.gov.sg/news/press-releases/arrangements-for-schools-and-institutes-of-higher-learning-at-the-end-of-circuit-breaker. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h04.

NATIONAL BOARD OF HEALTH. COVID-19: Prevenção de contágio. Dinamarca, 2020.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO. Acessibilidade e Tecnologias: um panorama sobre acesso e uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina. 1. Ed.São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasi, 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20200528104403/estudos-setoriais-acessibilidade-e-tecnologias.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18h52.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiro: TIC domicílios 2018. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018, p. 106. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 31 de maio de 2020 às 15h40.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO; FERRAZ, Reinaldo (coord.); LOPES, Mônica (ilust.). Cartilha Acessibilidade na Web. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: https://ceweb.br/media/docs/publicacoes/1/20200521074308/artilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-IV.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 15h48.

OCDE. Learning remotely when schools close: How well are students and schools prepared? Insights from PISA. 2020. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=127_127063-iiwm328658&title=Learning-remotely-when-schools-close. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h01.

PORTUGAL, Governo de. Regresso ao Regime Presencial dos 11.o e 12.o Anos de Escolaridade e dos 2.o e 3.o Anos dos Cursos de Dupla Certificação do Ensino Secundário. 2020.

REIMERS, Fernando M.; SCHLEICHER, Andreas. A framework to guide an education response to the COVID-19 Pandemic of 2020. OCDE, 2020. Disponível em: http://www.oecd.org/education/. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h02.

SCHOOL EDUCATION GATEWAY. Reach academy Feltham's whole-school, whole-community response to Covid-19. European Toolkit for Schools, 2020.

ST CLAIR, Rebecca. Helping someone with intellectual disability during COVID-19. Disability Support Guide. Austrália, 2020. Disponível em: https://www.disabilitysupportguide.com.au/talking-disability/helping-someone-with-intellectual-disability-during-covid-19. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h03.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Nota Técnica: Ensino à distância na educação básica frente à pandemia da COVID-19. 2020. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf?1730332266=&utm_source=conteudo-nota&utm_medium=hiperlink-download. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h04.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Nota Técnica: O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia do COVID-19. 2020. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/433.pdf?1194110764. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 19h04.

UNESCO. Declaração de Incheon. Educação 2030: ruma à uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Incheon: 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 18:22.

UNESCO. Life in the Times of Covid 19: a guide for parents of children with disabilities. Nova Delhi: 2020. Disponível em: https://en.unesco.org/news/another-covid-19-front-line-parents-children-disabilities. Acesso em: 13 de junho de 2020 às 02h03.

UNESCO. COVID-19: 10 Recommendations to plan distance learning solutions 2020. 2020b. Disponível em: https://en.unesco.org/news/covid-19-10-recommendations-plan-distance-learning-solutions. Acesso em: 11 de junho de 2020 às 09h30.

UNESCO. COVID-19: Resposta educacional. Nota Informativa: Setor educação. Nota informativa n° 7.1. Abril: 2020c, p.2. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373275_por?posInSet=1&queryId=f5e77daf-4788-48e3-8d17-8e13b634dfa6. Acesso em: 11 de junho de 2020 às 10h02.

UNICEF. COVID-19 response: Considerations for Children and Adults With Disabilities. 2020. Disponível em: https://www.unicef.org/disabilities/files/COVID-19_response_considerations_for_people_with_disabilities_190320.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 15h49.

UNICEF. How to work with children and adults with disabilities during Covid-19 and make sure they have a say. European Easy-to-Read, 2020.

UNICEF. Tips for parents dealing with COVID-19 lockdown. 2020. Disponível em: https://www.unicef.org/media/67211/file. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h00.

UNICEF. What will a return to school during the COVID-19 pandemic look like? What parents need to know about school reopening in the age of coronavirus. 2020. Disponível em: https://www.unicef.org/coronavirus/what-will-return-school-during-covid-19-pandemic-look. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h00.

UNITED NATIONS COORDINATED APPEAL. Global Humanitarian Response Plan to COVID-19. 2020. Disponível em: https://www.unocha.org/sites/unocha/files/Global-Humanitarian-Response-Plan-COVID-19.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h06.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. COVID-19 and The Rights of Persons with Disabilities: guidance. 2020. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Disability/COVID-19_and_The_Rights_of_Persons_with_Disabilities.pdf. Acesso em: 13 de junho de 2020 às 02h03.

NOTÍCIAS

GANDHI, Allison. AIR Informs Episode #6: Meeting the Needs of Students with Disabilities During COVID-19. Disponível em: https://www.air.org/resource/air-informs-episode-6-meeting-needs-students-disabilities-during-covd-19. Acesso em: 06 de junho de 2020 às 08h30.

REINO UNIDO, Governo do. Coronavirus (COVID-19): cancellation of GCSEs, AS and A levels in 2020. Disponível em: https://www.gov.uk/government/publications/coronavirus-covid-19-cancellation-of-gcses-as-and-a-levels-in-2020/coronavirus-covid-19-cancellation-of-gcses-as-and-a-levels-in-2020. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h09.

SEALE, Colin. Distance Learning During The Coronavirus Pandemic: Equity And Access Questions For School Leaders. Forbes, 2020. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/colinseale/2020/03/17/distance-learning-during-the-coronavirus-pandemic-equity-and-access-questions-for-school-leaders/#6891e4701d4d. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h08.

WEB PARA TODOS. Número de sites que falham nos testes do Web para Todos cai, mas ainda preocupa. Disponível em: https://mwpt.com.br/numero-de-sites-que-falham-nos-testes-do-web-para-todos-cai-mas-ainda-preocupa/. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h10.

WEBSITES

IBGE. Pessoas com deficiência. 2012. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html. Acesso em: 11 de junho às 10h05.

OPAS BRASIL. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 31 de maio de 2020 às 15h40.

WEBINÁRIOS

FGV. Webinar - Experiências internacionais no contexto de retomada das aulas. Disponível em: https://youtu.be/ADZngj8A1YE. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h15.

INCLUSION INTERNATIONAL. Webinário Inclusive Education: before, during and after Covid-19. Disponível em: https://us02web.zoom.us/rec/play/68B8der9-js3GNKQ5ASDUPIsW43vfams0iRP-_Jfz0_kVHcFOlPwY7ATM eN1jOKUtNzLuPu4KR7n-gWY?continueMode=true&_x_zm_rtaid=aVZ4W6_gRqe14zhfi-k24Q.1591413397259.e92175c1801e8638bb47fb1c11ecb3a3&_x_zm_rhtaid=747. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h21.

MINISTRY OF EDUCATION. Learning Support Need Webnar. New Zealand, 2020. Disponível em: https://livestream.com/vidcom/moe-learningsupportneedswebinaronwellbeing/videos/206328645?fbclid=IwAR2K7g056T9cVqec3lit7yNDYNyOpQjFHAHL1M-h-dBpTGNVKQB7gDNBZSs. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h15.

THE MUSE. Webinário Prioritizing Diversity, Equity, & Inclusion in a Pandemic. Disponível em: https://www.eventbrite.com.br/x/prioritizing-diversity-equity-inclusion-in-a-pandemic-tickets-107103453312?internal_ref=login. Acesso em: 08 de junho de 2020 às 15h00.

VIDEOS

OBERG, Anthony. COVID-19 & Disability: Keeping Wheelchairs Clean.American Association on Health and Disability. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ImYo7UpbxJ8&list=PLw8fXs3gMADVpv6pWI45kmPPY9kQhtAkq&index=4. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h23.

OBERG, Anthony. COVID-19 & Disability: Precautions for People in Wheelchairs. American Association on Health and Disability. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=smNLPMSzy1U&list=PLw8fXs3gMADVpv6pWI45kmPPY9kQhtAkq&index=3. Acesso em: 17 de junho de 2020 às 17h22.

"A profunda complexidade decorrente da pandemia não muda, em nada, o fato de que crianças e adolescentes com deficiência têm o direito a uma educação de qualidade."

Rodrigo Hübner Mendes

Realização

Apoio